

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	8
DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010	9
Demonstração do Valor Adicionado	10
Comentário do Desempenho	11
Notas Explicativas	27
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	57

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	58
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	48.572
Preferenciais	0
Total	48.572
Em Tesouraria	
Ordinárias	1.603
Preferenciais	0
Total	1.603

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	26/04/2011	Dividendo	15/06/2011	Ordinária		0,17000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	314.435	312.851
1.01	Ativo Circulante	73.885	87.757
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.355	30.080
1.01.02	Aplicações Financeiras	2.599	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	2.599	0
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	2.599	0
1.01.03	Contas a Receber	55.945	47.746
1.01.03.01	Clientes	55.945	47.746
1.01.04	Estoques	1.081	1.311
1.01.06	Tributos a Recuperar	9.132	6.053
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	9.132	6.053
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social a compensar	7.877	4.447
1.01.06.01.02	Demais tributos a compensar	1.255	1.606
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	3.773	2.567
1.01.08.03	Outros	3.773	2.567
1.02	Ativo Não Circulante	240.550	225.094
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	57.207	54.327
1.02.01.03	Contas a Receber	3.120	4.980
1.02.01.03.01	Clientes	3.120	4.980
1.02.01.06	Tributos Diferidos	7.829	9.509
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	7.829	9.509
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	46.258	39.838
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	45.587	39.505
1.02.01.09.04	Outros	671	333
1.02.03	Imobilizado	44.059	38.034
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	8.125	7.683
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	35.934	30.351
1.02.04	Intangível	139.284	132.733
1.02.04.01	Intangíveis	139.284	132.733
1.02.04.01.02	Sistemas informatizados	113.389	106.838
1.02.04.01.03	Ágio sem vida útil definida	25.895	25.895

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	314.435	312.851
2.01	Passivo Circulante	84.936	82.847
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	33.996	27.024
2.01.01.01	Obrigações Sociais	5.320	5.563
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	28.676	21.461
2.01.02	Fornecedores	13.735	14.273
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	13.735	14.273
2.01.03	Obrigações Fiscais	8.645	8.509
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	7.925	7.563
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.155	0
2.01.03.01.02	Programa de Recuperação Fiscal (REFIS)	4.688	3.277
2.01.03.01.03	Outros impostos federais	2.082	4.286
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	28	49
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	692	897
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	28.081	25.729
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	15.200	15.190
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	15.200	15.190
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	12.881	10.539
2.01.05	Outras Obrigações	479	7.312
2.01.05.02	Outros	479	7.312
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	6.950
2.01.05.02.04	Outras Obrigações	479	362
2.02	Passivo Não Circulante	77.483	77.433
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	26.165	28.176
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	7.045	13.079
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	7.045	13.079
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	19.120	15.097
2.02.02	Outras Obrigações	12.580	13.774
2.02.02.02	Outros	12.580	13.774
2.02.02.02.03	Tributos a recolher	335	1.258
2.02.02.02.04	Programa de Recuperação Fiscal (REFIS)	12.245	12.516
2.02.04	Provisões	38.738	35.483
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	38.738	35.483
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	32.221	29.605
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	6.342	5.647
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	175	231
2.03	Patrimônio Líquido	152.016	152.571
2.03.01	Capital Social Realizado	129.232	129.232
2.03.02	Reservas de Capital	-9.147	-6.263
2.03.02.04	Opções Outorgadas	240	220
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-9.387	-6.483
2.03.04	Reservas de Lucros	21.666	29.602
2.03.04.01	Reserva Legal	2.007	2.007
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	19.659	27.595
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	10.265	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	101.113	194.565	99.013	196.351
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-75.454	-146.740	-70.643	-136.723
3.03	Resultado Bruto	25.659	47.825	28.370	59.628
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-15.431	-28.473	-14.777	-32.329
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.084	-1.243	-429	-1.126
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-13.507	-25.702	-13.979	-27.925
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	219	419	530	602
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.059	-1.947	-899	-3.880
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	-1.059	-1.947	-865	-2.341
3.04.05.02	Gastos com Reestruturação	0	0	-34	-1.539
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	10.228	19.352	13.593	27.299
3.06	Resultado Financeiro	-887	-2.650	-2.012	-3.771
3.06.01	Receitas Financeiras	2.556	4.078	899	2.129
3.06.02	Despesas Financeiras	-3.443	-6.728	-2.911	-5.900
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	9.341	16.702	11.581	23.528
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-3.488	-6.437	-3.898	-7.884
3.08.01	Corrente	-2.257	-4.757	-2.728	-6.194
3.08.02	Diferido	-1.231	-1.680	-1.170	-1.690
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	5.853	10.265	7.683	15.644
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	5.853	10.265	7.683	15.644
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	5.853	10.265	7.683	15.644
4.03	Resultado Abrangente do Período	5.853	10.265	7.683	15.644

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	13.627	41.261
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	23.157	30.470
6.01.01.01	Lucro Líquido (Prejuízo) do Período	10.265	15.644
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	10.988	12.218
6.01.01.03	Valor Residual dos Ativos Baixados	-570	1.042
6.01.01.04	Juros e Variações Monetárias	4.181	3.243
6.01.01.05	Instrumento Patrimonial p/ Pagto em Ações	20	48
6.01.01.06	Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	-1.727	-1.725
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-7.047	13.951
6.01.02.01	Contas a Receber	-4.612	1.058
6.01.02.02	Estoques	230	247
6.01.02.03	Depósitos Judiciais	-4.359	-2.000
6.01.02.04	Outros Ativos	5.476	10.003
6.01.02.05	Fornecedores	-538	-1.980
6.01.02.06	Salários e Encargos Sociais	6.972	3.420
6.01.02.07	Provisão para Contingências	-5.927	3.963
6.01.02.08	Outros Passivos	-4.289	-760
6.01.03	Outros	-2.483	-3.160
6.01.03.01	Juros Pagos	-3.530	-3.160
6.01.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	1.047	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-24.092	-14.545
6.02.01	Aquisição de Ativo Imobilizado	-10.826	-4.583
6.02.02	Aquisição de Ativo Intangível	-13.266	-9.962
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-18.260	-9.415
6.03.01	Ingresso de Empréstimo e Financiamentos	13.506	11.312
6.03.02	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-13.976	-16.889
6.03.03	Aquisição de Ações em Tesouraria	-2.904	-1.548
6.03.04	Dividendos Pagos	-14.886	-2.290
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-28.725	17.301
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	30.080	10.988
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.355	28.289

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	129.232	-6.263	29.602	0	0	152.571
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	129.232	-6.263	29.602	0	0	152.571
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-2.884	-7.936	0	0	-10.820
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	20	0	0	0	20
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-2.904	0	0	0	-2.904
5.04.06	Dividendos	0	0	-7.936	0	0	-7.936
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	10.265	0	10.265
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	10.265	0	10.265
5.07	Saldos Finais	129.232	-9.147	21.666	10.265	0	152.016

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	129.232	-2.946	4.401	0	0	130.687
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	129.232	-2.946	4.401	0	0	130.687
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-1.503	0	0	0	-1.503
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	46	0	0	0	46
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-1.549	0	0	0	-1.549
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	15.644	0	15.644
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	15.644	0	15.644
5.07	Saldos Finais	129.232	-4.449	4.401	15.644	0	144.828

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
7.01	Receitas	208.207	210.169
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	209.515	211.430
7.01.02	Outras Receitas	419	600
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-1.727	-1.861
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-46.740	-53.005
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-31.354	-36.409
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-15.386	-16.596
7.03	Valor Adicionado Bruto	161.467	157.164
7.04	Retenções	-10.988	-11.336
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-10.988	-11.336
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	150.479	145.828
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.078	2.130
7.06.02	Receitas Financeiras	4.078	2.130
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	154.557	147.958
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	154.557	147.958
7.08.01	Pessoal	83.987	70.532
7.08.01.01	Remuneração Direta	62.290	52.121
7.08.01.02	Benefícios	16.271	13.894
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.426	4.517
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	38.781	41.807
7.08.02.01	Federais	33.230	36.401
7.08.02.02	Estaduais	334	189
7.08.02.03	Municipais	5.217	5.217
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	21.524	19.976
7.08.03.01	Juros	6.727	5.902
7.08.03.02	Aluguéis	14.797	12.534
7.08.03.03	Outras	0	1.540
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	10.265	15.643
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	10.265	15.643



RESUMO OPERACIONAL E FINANCEIRO

(em milhares ou %)	2T11	2T10	Δ%	1T11	Δ%
Cartões Faturados	22.010	21.800	1,0%	17.348	26,9%
Posições de Atendimento	4,433	3,248	36,5%	3,918	13,1%
Receita Bruta	R\$ 109.014	R\$ 106.474	2,4%	R\$ 100.501	8,5%
CSU CardSystem	R\$ 55.560	R\$ 62.427	-11,0%	R\$ 49.778	11,6%
CSU Contact	R\$ 53.454	R\$ 44.047	21,4%	R\$ 50.723	5,4%
Receita Líquida	R\$ 101.113	R\$ 99.012	2,1%	R\$ 93.452	8,2%
Lucro Bruto	R\$ 25.660	R\$ 28.369	-9,5%	R\$ 22.165	15,8%
CSU CardSystem	R\$ 24.579	R\$ 24.452	0,5%	R\$ 21.058	16,7%
CSU Contact	R\$ 1.081	R\$ 3.917	-72,4%	R\$ 1.107	-2,4%
Margem Bruta	25,4%	28,7%	-3,3 p.p.	23,7%	1,7 p.p.
CSU CardSystem	48,1%	42,3%	5,8 p.p.	45,7%	2,4 p.p.
CSU Contact	2,2%	9,5%	-7,4 p.p.	2,3%	-0,1 p.p.
EBITDA	R\$ 15.941	R\$ 19.426	-17,9%	R\$ 14.400	10,7%
Margem EBITDA	15,8%	19,6%	-3,9 p.p.	15,4%	0,4 p.p.
Lucro Líquido	R\$ 5.853	R\$ 7.684	-23,8%	R\$ 4.414	32,6%

* Os números de 2010 foram ajustados para refletir os efeitos da adoção integral da convergência contábil efetivos para cada trimestre de 2010.

CONTEXTO DE MERCADO E SETORIAL

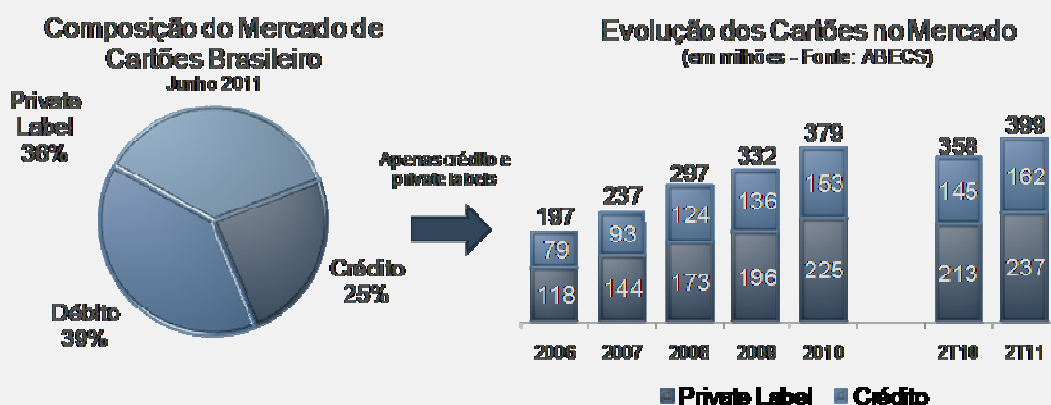
Após a retomada da atividade econômica no Brasil, entre o quarto trimestre de 2010 (crescimento do PIB de 0,8%) e o primeiro trimestre de 2011 (crescimento de 1,3% no PIB), as medidas contracionistas determinadas pela autoridade monetária com vistas a controlar a alta da inflação começam a mostrar efeitos desde o segundo trimestre de 2011. Pesquisa divulgada pelo Serasa Experian já indica processo de desaquecimento gradual que deve persistir ao longo do ano. O FMI reduziu sua previsão para o crescimento da economia brasileira tanto para o ano de 2011 quanto para 2012. Segundo relatório desta Instituição, o PIB do Brasil crescerá 4,1% neste ano, e não mais 4,5% como previsto anteriormente. Para 2012, o FMI reduziu a previsão de crescimento de 4,1% para 3,6%.



Com a expectativa em relação à taxa de inflação ainda em tendência de alta, segundo relatório Focus publicado no final desse segundo trimestre, e elevação da taxa Selic de 12,25% para 12,50% ao ano, já há sinais de desaceleração do consumo.

O ritmo de criação de empregos formais, no entanto, continua forte e chegou ao final do segundo trimestre registrando novo recorde, com taxa de desemprego de 6,4%. A taxa apurada pelo IBGE em seis regiões metropolitanas do País revelou ainda ganhos reais de salários, mostrando que o rendimento médio foi o melhor para o mês de maio desde o começo da série histórica, em 2002.

No mercado de meios eletrônicos de pagamento, segundo números estimados pela Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (ABECS), no final de junho de 2011, o mercado apresentava 657 milhões de cartões, número 10% maior em relação ao registrado no mesmo período de 2010. As transações apresentaram aumento de 18%, chegando a 1,97 bilhão apenas no segundo trimestre. Contribuindo para este total, tanto os cartões *private label* quanto os cartões de crédito mostram crescimento de 12% em 12 meses, chegando a 237 milhões e 162 milhões, respectivamente, enquanto os cartões de débito aumentaram 7%, somando 258 milhões.



De acordo com pesquisa de mercado realizada pelo Instituto Medida Certa em parceria com a CardMonitor, os consumidores preferem os cartões com bandeira em relação aos cartões de uso exclusivo em uma determinada rede de lojas. O mesmo relatório mostra que o uso de meios eletrônicos de pagamento para o consumo privado continua aumentando, sendo que nos últimos quatro anos o cartão de crédito apresentou forte crescimento em termos de percentual em relação ao total do consumo privado, passando de 9,7% em 2007 para 14,1% no primeiro trimestre de 2011. Somando-se o uso de cartões de débito e *private label*, sua representatividade sobre o consumo total das famílias ultrapassa a marca de 25%.



Já o setor de *call center* ganha destaque mais uma vez como um dos setores que mais apresentou expansão na economia brasileira no ano. Com o grande desenvolvimento do segmento, a indústria de prestação de serviços é o principal contratante do país, sendo o líder em criação de empregos no Brasil. Segundo relatório da Associação Brasileira de Telesserviços (ABT), de janeiro a junho deste ano as empresas de *call center* brasileiras contrataram, em conjunto, cerca de 60 mil profissionais. O crescimento tanto em termos de contratação quanto em faturamento das empresas deste segmento, se deve, principalmente, à inclusão das classes C e D no varejo, com incremento no relacionamento com as áreas de SAC das empresas, assim como na prestação de serviços de tele vendas e cobrança. Só no estado de São Paulo as contratações devem crescer 8% em 2011.

DESEMPENHO OPERACIONAL

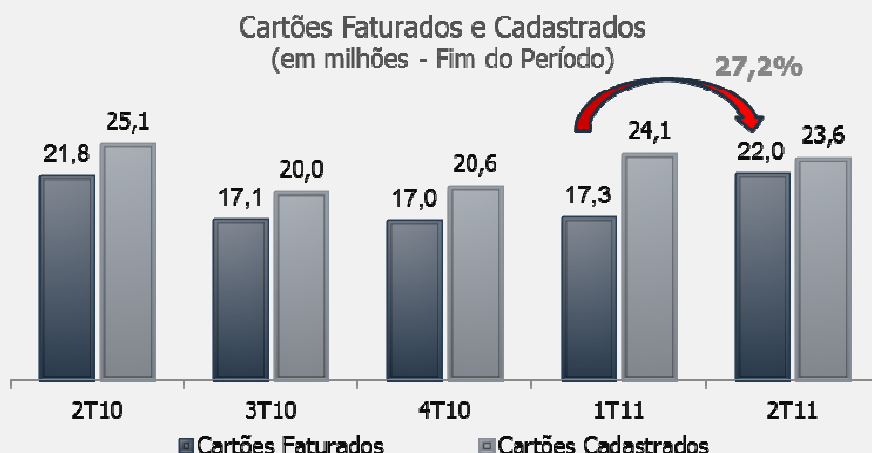
Os resultados alcançados pela Companhia no 2T11 foram bastante consistentes com o discurso apresentado nos relatórios anteriores. O trimestre representou um importante ponto de retomada do crescimento nas duas unidades de negócio.



No 2T11, a CSU iniciou o faturamento dos cartões Tricard migrados para a base da Companhia no final do trimestre anterior, contribuindo para o crescimento de 27,2% no número de cartões faturados. A migração foi bem sucedida, apesar da complexidade inerente a uma operação com tal magnitude, comprovando a excelência do ambiente tecnológico e das equipes da CSU.

O Tricard é um cartão *private label* emitido pelo Tribanco, que é vendido e aceito nos estabelecimentos afiliados, clientes do grupo Martins. Com ele, o banco oferece facilidade de crédito para os consumidores finais com muita segurança e sem risco de crédito para os clientes do grupo. Essa estratégia tem mostrado muito sucesso, pois o banco alcança grande capilaridade de vendas com seu cartão sendo oferecido nos quase 9 mil estabelecimentos afiliados e chegando a cerca de 4 milhões de cartões cadastrados na base (fonte: Grupo Martins em nov/10).

A estratégia do Tribanco inclui a migração gradual de seus cartões *private label* para o novo modelo híbrido (bandeirado MasterCard), prevista para ter início em setembro. Somando-se esse movimento à tendência de aceleração do crescimento da base, vislumbra-se potencial importante de expansão de receita nos próximos anos tanto para a CSU quanto para o banco. Foram desenvolvidos novas funcionalidades e serviços para o cartão, além de ações de marketing direto baseado em dados e *business intelligence*, visando ampliar a rentabilidade desses cartões.



Quanto aos cartões cadastrados, periodicamente, a Companhia executa algumas rotinas de exclusão de cartões inativos, segundo critérios especificados pelos próprios clientes. Neste trimestre, a redução líquida de cerca de 500 mil cartões é reflexo de tal refino, sem impacto nas receitas da Companhia.

Os cartões híbridos ganharam participação na base da Companhia, movimento que tem se repetido trimestre a trimestre. O lançamento desse modelo de cartão pelo Tribanco conforme comentado anteriormente, previsto para setembro, deverá acelerar essa tendência no segundo semestre e também em 2012.

A base de cartões cadastrados na CSU chegou ao final do trimestre com a seguinte composição:

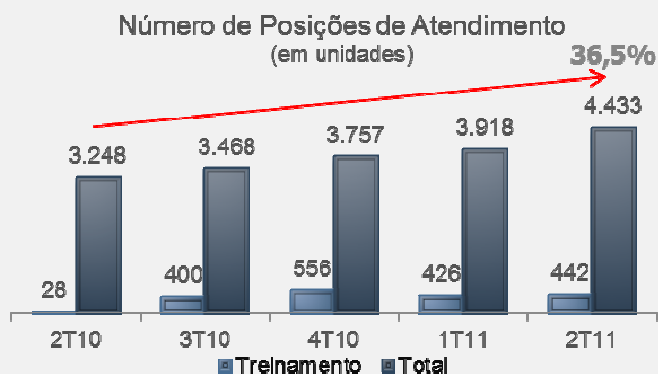
CSU CardSystem (em milhões)	2T11	% Total	2T10	% Total	Δ%	1T11	% Total	Δ%
Número de Cartões:	23,58	100,0%	25,08	100,0%	-6,0%	24,12	100,0%	-2,3%
Cartões de Crédito	13,13	55,7%	18,15	72,3%	-27,6%	12,87	53,3%	2,1%
Cartões Híbridos	5,05	21,4%	4,34	17,3%	16,4%	4,88	20,3%	3,4%
Cartões Private Label e outros	5,40	22,9%	2,60	10,4%	107,6%	6,38	26,4%	-15,3%

O projeto de aquisição com o Banrisul está em operação para a bandeira MasterCard desde o final do primeiro trimestre. A CSU acredita em uma aceleração desse processo no segundo semestre, como resultado das diferentes atividades de estímulo que estão sendo lançadas pelo Banrisul. Assim, os reflexos nas receitas da CSU serão mais nítidos a partir de 2012. No momento atual, a Companhia trabalha junto com o banco na homologação para captura também da bandeira Visa.



CSU.Contact

A Companhia deu continuidade à estratégia de expansão da unidade que atua no segmento de *contact centers*. O número de posições de atendimento continuou crescendo, chegando a 4.433 no final do período, uma variação de 13,1% em relação ao 1T11 e de 36,5% ano a ano. A expansão do número de posições de atendimento é um fator chave para que a Companhia reconquiste posição de destaque no mercado, eleve suas receitas e amplie a rentabilidade.



Além de alavancar o crescimento, a CSU mantém o objetivo de conquistar segmentos *premium* do mercado e elevar gradativamente sua lucratividade. Na avaliação da Companhia, atualmente, não há uma empresa no mercado local que entregue SLA's (níveis de serviços contratados pelo cliente, na sigla em inglês) de maneira consistente. A CSU trabalha para oferecer esse diferencial.

Ao longo deste segundo trimestre, cinco dentre os dez maiores clientes ampliaram suas operações com a CSU, aumentando a representatividade de novas PAs sobre o total de posições de atendimento e contribuindo para o crescimento da unidade.

DESEMPENHO FINANCEIRO

Os resultados da CSU no segundo trimestre marcam um importante ponto de retomada no crescimento de sua receita e na expansão das linhas de rentabilidade. Dentre os fatores que resultaram nos movimentos mencionados, vale destacar:

- Na CSU CardSystem, o início do faturamento dos cartões do Tribanco, com expectativa de aceleração do crescimento por conta do lançamento do cartão bandeirado, e;
- Na unidade de negócios CSU Contact, a ampliação consistente no número de posições de atendimento, com crescimento das receitas e expectativa de aumento de rentabilidade após a maturação das atuais implantações, considerando a diluição dos custos iniciais característicos desse tipo de serviço.

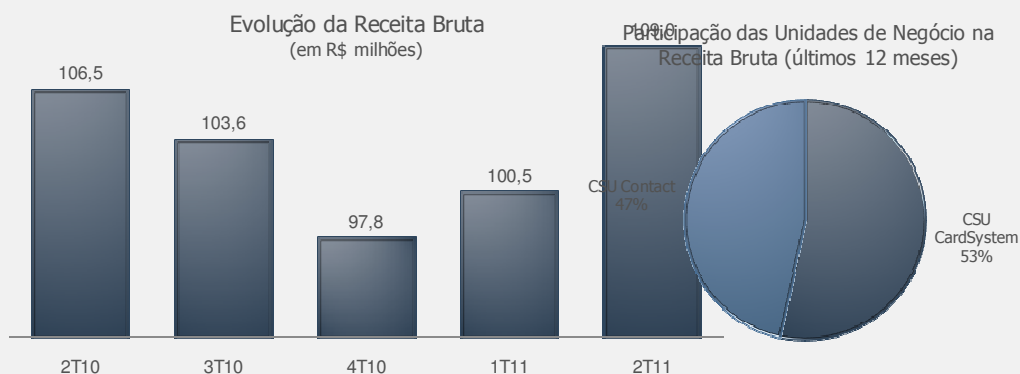
Assim sendo, a Administração acredita que há potencial de crescimento futuro consistente e sustentável nas duas unidades de negócio da Companhia.



Receitas Operacionais

Do total faturado nos últimos 12 meses, a unidade de negócios CSU CardSystem representou 53%, e a CSU Contact, 47%. Neste trimestre, a Companhia apresentou expansão de receitas nas duas unidades de negócio.

A receita bruta totalizou R\$ 109,0 milhões no 2T11, um crescimento de 8,5% em relação ao trimestre anterior. Na comparação com o 2T10 a evolução foi de 2,4%.



Na unidade de negócios CSU CardSystem, a receita bruta foi de R\$ 55,6 milhões, uma expansão de 11,6% trimestre a trimestre. Além do crescimento orgânico da base, o início do faturamento dos cartões Tribanco foi fundamental para alcançar tal crescimento.

Como já comentado em oportunidades anteriores, a comparação do faturamento da unidade CSU CardSystem com o mesmo trimestre do ano anterior fica prejudicada, principalmente, pela mudança no tipo de serviços prestados aos atuais clientes, ainda que praticamente sem qualquer impacto na geração de EBITDA. Um exemplo foi a internalização dos serviços de impressão e envio de faturas por parte de dois grandes clientes.

O crescimento apresentado pela CSU Contact em termos de número de posições ainda não está completamente refletido nos resultados da unidade. A maturação das operações, conforme comunicado anteriormente, deverá contribuir para novo ganho de receita e rentabilidade nos próximos períodos. A unidade de *call center* terminou o trimestre com receita de R\$ 53,5 milhões e crescimento de 5,4% em relação ao 1T11 e de 21,4% quando comparado com o 2T10.



Composição da Receita Bruta - R\$ mil	2T11	% Total	2T10	% Total	Δ%	1T11	% Total	Δ%
CSU CardSystem	55.560	51,0%	62.427	58,6%	-11,0%	49.778	49,5%	11,6%
CSU Contact	53.454	49,0%	44.047	41,4%	21,4%	50.723	50,5%	5,4%
Total	109.014	100,0%	106.474	100,0%	2,4%	100.501	100,0%	8,5%

Composição da Receita Bruta - R\$ mil	Acumulado 2011	% Total	Acumulado 2010	% Total	Δ%
CSU CardSystem	105.338	50,3%	126.646	59,9%	-16,8%
CSU Contact	104.177	49,7%	84.784	40,1%	22,9%
Total	209.515	100,0%	211.430	100,0%	-0,9%

As receitas líquidas, por sua vez, apresentaram a seguinte evolução:

Composição da Receita Líquida - R\$ mil	2T11	% Total	2T10	% Total	Δ%	1T11	% Total	Δ%
CSU CardSystem	51.098	50,5%	57.841	58,4%	-11,7%	46.050	49,3%	11,0%
CSU Contact	50.015	49,5%	41.171	41,6%	21,5%	47.402	50,7%	5,5%
Total	101.113	100,0%	99.012	100,0%	2,1%	93.452	100,0%	8,2%

Composição da Receita Líquida - R\$ mil	Acumulado 2011	% Total	Acumulado 2010	% Total	Δ%
CSU CardSystem	97.148	49,9%	117.251	59,7%	-17,1%
CSU Contact	97.416	50,1%	79.101	40,3%	23,2%
Total	194.564	100,0%	196.352	100,0%	-0,9%

Custos dos Serviços

No 2T11, os custos totais aumentaram 5,8% na comparação com o trimestre imediatamente anterior, percentual inferior à evolução das receitas no mesmo período.

Custos dos Serviços Prestados - R\$ mil	2T11	% Total	2T10	% Total	Δ%	1T11	% Total	Δ%
CSU CardSystem	26.520	35,1%	33.390	47,3%	-20,6%	24.992	35,1%	6,1%
CSU Contact	48.934	64,9%	37.254	52,7%	31,4%	46.294	64,9%	5,7%
Total	75.454	100,0%	70.644	100,0%	6,8%	71.286	100,0%	5,8%

Custos dos Serviços Prestados - R\$ mil	Acumulado 2011	% Total	Acumulado 2010	% Total	Δ%
CSU CardSystem	51.512	35,1%	66.167	48,4%	-22,1%
CSU Contact	95.228	64,9%	70.558	51,6%	35,0%
Total	146.740	100,0%	136.725	100,0%	7,3%

* Os números de 2010 foram ajustados para refletir os efeitos da adoção integral da convergência contábil efetivos para cada trimestre de 2010, reapresentados nesta data.



CSU.CardSystem

No 2T11, os custos da unidade CSU CardSystem totalizaram R\$ 26,5 milhões, com crescimento de 6,1% em relação ao 1T11 e redução de 20,6% na comparação com 2T10.

A Companhia mostrou-se capaz não apenas de adequar sua base de custos ao patamar de receitas, pós-saída do banco Nossa Caixa, mas também de manter sua estrutura reduzida no momento da retomada do crescimento. O total dos custos da unidade, que representava 57,7% da receita líquida no 2T10, caiu para 54,3% no 1T11 e ficou em 51,9% no 2T11.

As variâncias nas linhas de custo detalhadas no quadro a seguir demonstram a capacidade de gestão e adaptação da Companhia em um trimestre de retomada de expansão de receita:

Custos por componentes CSU CardSystem - R\$ mil	2T11	% RL	2T10	% RL	Δ%	1T11	% RL	Δ%
Mão-de-Obra	9.083	17,8%	11.376	19,7%	-20,2%	8.524	18,5%	6,6%
Expedição	5.820	11,4%	8.418	14,6%	-30,9%	5.433	11,8%	7,1%
Comunicação	1.035	2,0%	1.385	2,4%	-25,2%	967	2,1%	7,1%
Depreciação/Amortização	3.273	6,4%	3.707	6,4%	-11,7%	3.161	6,9%	3,6%
Prédios	1.322	2,6%	1.340	2,3%	-1,3%	1.367	3,0%	-3,3%
Custos dos Produtos Entregues	2.854	5,6%	3.916	6,8%	-27,1%	3.147	6,8%	-9,3%
Outros	3.133	6,1%	3.249	5,6%	-3,5%	2.394	5,2%	30,9%
Total Custo dos Serviços	26.520	51,9%	33.390	57,7%	-20,6%	24.992	54,3%	6,1%

Custos por componentes CSU CardSystem - R\$ mil	Acumulado 2011	% RL	Acumulado 2010	% RL	Δ%
Mão-de-Obra	17.606	18,1%	22.093	18,8%	-20,3%
Expedição	11.253	11,6%	17.290	14,7%	-34,9%
Comunicação	2.002	2,1%	2.762	2,4%	-27,5%
Depreciação/Amortização	6.433	6,6%	7.277	6,2%	-11,6%
Prédios	2.689	2,8%	2.731	2,3%	-1,5%
Custos dos Produtos Entregues	6.000	6,2%	8.065	6,9%	-25,6%
Outros	5.527	5,7%	5.948	5,1%	-7,1%
Total Custo dos Serviços	51.512	53,0%	66.167	56,4%	-22,1%

* Os números de 2010 foram ajustados para refletir os efeitos da adoção integral da convergência contábil efetivos para cada trimestre de 2010.



CSU.Contact

Na CSU Contact, os custos alcançaram R\$ 48,9 milhões no 2T11, crescimento de 5,7% na comparação com o trimestre anterior, em linha com o aumento de receitas da unidade. A variação dos custos foi de 31,4% se comparado com o 2T10, dada a estratégia da Companhia de acelerar as contratações para atender ao crescimento operacional da unidade e para reforçar áreas estratégicas a fim de melhorar a qualidade dos serviços prestados aos clientes. Em número de funcionários, a unidade de contact center passou de cerca de 6,9 mil no 2T10 para 8 mil no 2T11.

Importante recordar os 2 dias de greve dos ferroviários em São Paulo no início do mês de junho. A Companhia montou um plano de contingência e estruturou uma operação para transportar os colaboradores até o site de Alphaville para mitigar os efeitos negativos com o absenteísmo. Foram definidos diversos horários para partida de ônibus em pontos específicos de São Paulo e região para atender os funcionários afetados pela greve, em mais um sinal de que a Companhia valoriza o bem estar e qualidade de vida de seus colaboradores.

Na comparação trimestre a trimestre, a redução da participação dos custos com recursos humanos em relação à receita líquida sinaliza que a unidade continua a alcançar os esperados ganhos de produtividade. Os gastos com pessoal representavam 72,2% da receita líquida no 1T11 e passaram a 71,3% no 2T11. Ainda há, no entanto, mais espaço para aumento de produtividade, conforme as posições de atendimento recém-implantadas alcancem maturação de maneira gradativa. Aproximadamente 1.500 posições do total atual foram implantadas em 2011 e o maior *turnover* característico nas operações novas é o principal motivo dos custos iniciais mais elevados em recursos humanos.

A variação de 5,6% na linha prédios é resultado do reajuste do valor cobrado pelo aluguel e condomínio do site de Alphaville aplicado a partir de março de 2011.

A seguir, estão discriminados os custos da unidade de negócios CSU Contact:



Custo por componentes CSU Contact - R\$ mil	2T11	% RL	2T10	% RL	Δ%	1T11	% RL	Δ%
Mão-de-Obra	35.675	71,3%	25.931	63,0%	37,6%	34.201	72,2%	4,3%
Comunicação	1.158	2,3%	1.139	2,8%	1,6%	880	1,9%	31,6%
Depreciação/Amortização	1.965	3,9%	1.579	3,8%	24,5%	1.739	3,7%	13,0%
Prédios	6.977	14,0%	5.823	14,1%	19,8%	6.607	13,9%	5,6%
Outros	3.159	6,3%	2.783	6,8%	13,5%	2.867	6,0%	10,2%
Total Custo dos Serviços	48.934	97,8%	37.254	90,5%	31,4%	46.294	97,7%	5,7%

Custo por componentes CSU Contact - R\$ mil	Acumulado 2011	% RL	Acumulado 2010	% RL	Δ%
Mão-de-Obra	69.876	71,7%	48.788	61,7%	43,2%
Comunicação	2.038	2,1%	1.994	2,5%	2,2%
Depreciação/Amortização	3.704	3,8%	3.177	4,0%	16,6%
Prédios	13.584	13,9%	11.309	14,3%	20,1%
Outros	6.026	6,2%	5.289	6,7%	14,0%
Total Custo dos Serviços	95.228	97,8%	70.558	89,2%	35,0%

* Os números de 2010 foram ajustados para refletir os efeitos da adoção integral da convergência contábil efetivos para cada trimestre de 2010.

Lucro Bruto

No 2T11, a Companhia apresentou expansão do lucro bruto em comparação ao 1T11, em consequência das maiores receitas e do ganho de produtividade na CSU CardSystem. O lucro no trimestre foi de R\$ 25,7 milhões, com ganho de 15,8% trimestre a trimestre. A margem bruta passou de 23,7% para 25,4% no mesmo período de comparação, evolução também explicada pela melhoria no mix de receita, com maior participação da CSU CardSystem.

Por unidade de negócio, na comparação ano a ano, a CSU CardSystem apresentou ampliação na margem bruta, passando de 42,3% no 2T10 para 48,1% no 2T11, alavancada pela gestão criteriosa dos custos. Alguns elementos que contribuíram para esta expansão têm efeito pontual, como, por exemplo, algumas customizações e o desenvolvimento de funcionalidades específicas.

A CSU Contact terminou o 2T11 com margem bruta de 2,2%, mantendo sua margem estável em relação ao trimestre imediatamente anterior. A rentabilidade desta unidade, no entanto, ainda está em patamar inferior ao esperado pela Companhia. Estima-se uma ociosidade de cerca de R\$ 1,5 milhão impactando o lucro bruto da CSU Contact trimestralmente. A estratégia de ampliação da rentabilidade da unidade de negócio CSU Contact deverá ser alcançada de maneira gradativa, conforme as posições de atendimento recém implantadas passem pelo seu processo de maturação e novas PAs otimizem a capacidade do site de Alphaview.



Lucro Bruto - R\$ mil	2T11	% RL	2T10	% RL	Δ%	1T11	% RL	Δ%
CSU CardSystem	24.579	48,1%	24.452	42,3%	0,5%	21.058	45,7%	16,7%
CSU Contact	1.081	2,2%	3.917	9,5%	-72,4%	1.107	2,3%	-2,4%
Total	25.660	25,4%	28.369	28,7%	-9,5%	22.165	23,7%	15,8%

Lucro Bruto - R\$ mil	Acumulado 2011	% RL	Acumulado 2010	% RL	Δ%
CSU CardSystem	45.637	47,0%	51.084	43,6%	-10,7%
CSU Contact	2.188	2,2%	8.543	10,8%	-74,4%
Total	47.825	24,6%	59.627	30,4%	-19,8%

* Os números de 2010 foram ajustados para refletir os efeitos da adoção integral da convergência contábil efetivos para cada trimestre de 2010.

Despesas Operacionais

No 2T11, as despesas operacionais da CSU somaram R\$ 16,3 milhões e apresentaram queda de 2,8% quando comparadas com o mesmo trimestre do ano anterior. A redução foi resultado do foco da Administração em buscar uma estrutura operacional ajustada à composição atual de receitas. Já em relação ao 1T11, o aumento de 10,2% se deu principalmente pela contratação de alguns serviços externos de consultoria, publicação dos demonstrativos financeiros referentes ao exercício 2010 e ampliação do quadro de executivos. A equipe comercial e de marketing foi reforçada, com 4 contratações entre diretoria e gerentes.

Os honorários da administração passaram de R\$ 1,38 milhão no 2T10 para R\$ 0,98 milhão no 2T11, pelo menor montante de bonificações apuradas no período, podendo voltar a patamares mais estáveis na medida em que as metas e objetivos estratégicos sejam atingidos.

Na linha de despesas financeiras líquidas, que totalizou R\$ 0,9 milhão no trimestre, uma quitação antecipada de dívida tributária parcelada proporcionou um ganho financeiro pontual.

A elevação no patamar das despesas com vendas, que atingiu R\$ 1,1 milhão no período, é resultado de uma estratégia orientada a aumentar o reconhecimento da marca CSU pelo seu mercado endereçável. Além da parceria de patrocínio com o Santos Futebol Clube, foram realizados diversos eventos de relacionamento, objetivando a aproximação da empresa com clientes atuais e potenciais, com ênfase no crescimento em todas as linhas de receitas:

CSU CardSystem: esforço comercial voltado à diversificação da base de clientes;

CSU Acquirer: busca de novos clientes e estruturação da diretoria comercial;

CSU MarketSystem: ampliação no portfólio de soluções (aquisição de clientes e programas de relacionamento e fidelização);



CSU Contact: segmentação por tipo de serviço e foco em crescer nas regiões mais competitivas.

A tabela a seguir demonstra mais detalhadamente as variações registradas nas despesas:

	2T11	% RL	2T10	% RL	Δ%	1T11	% RL	Δ%
Com vendas	1.084	1,1%	429	0,4%	152,7%	159	0,2%	583,9%
Gerais e administrativas	13.507	13,4%	13.979	14,1%	-3,4%	12.194	13,0%	10,8%
Gerais e Administrativas	12.055	11,9%	12.234	12,4%	-1,5%	10.651	11,4%	13,2%
Honorários da Administração	977	1,0%	1.375	1,4%	-28,9%	1.167	1,2%	-16,3%
Depreciação/Amortização	475	0,5%	370	0,4%	28,4%	376	0,4%	26,3%
Despesas financeiras líquidas	887	0,9%	2.011	2,0%	-55,9%	1.762	1,9%	-49,6%
Outras despesas (receitas) operacionais	840	0,8%	333	0,3%	152,1%	688	0,7%	22,0%
Total Despesas Operacionais	16.318	16,1%	16.752	16,9%	-2,6%	14.803	15,8%	10,2%
Gastos com reestruturação	-	0,0%	34	0,0%	-100,0%	-	0,0%	n.d.
Total Desp. Operacionais Ajustadas	16.318	16,1%	16.786	17,0%	-2,8%	14.803	15,8%	10,2%

Despesas Operacionais - R\$ mil	Acumulado 2011	% RL	Acumulado 2010	% RL	Δ%
Com vendas	1.243	0,6%	1.126	0,6%	10,4%
Gerais e administrativas	25.702	13,2%	27.925	14,2%	-8,0%
Gerais e Administrativas	22.707	22,5%	24.851	25,1%	-8,6%
Honorários da Administração	2.144	2,1%	2.190	2,2%	-2,1%
Depreciação/Amortização	851	0,8%	884	0,9%	-3,7%
Despesas financeiras líquidas	2.650	1,4%	3.771	1,9%	-29,7%
Outras despesas (receitas) operacionais	1.528	0,8%	1.739	0,9%	-12,2%
Total Despesas Operacionais	31.123	30,8%	34.561	34,9%	-9,9%
Gastos com reestruturação	-	0,0%	1.539	0,8%	-100,0%
Total Desp. Operacionais Ajustadas	31.123	16,0%	36.100	18,4%	-13,8%

Os números de 2010 foram ajustados para refletir os efeitos da adoção integral da convergência contábil efetivos para cada trimestre de 2010.

EBITDA

No 2T11, a geração de caixa medida pelo EBITDA totalizou R\$ 15,9 milhões, com crescimento de 10,7% em relação ao 1T11. A variação, que representa importante retomada no crescimento do indicador, foi puxada pela alta das receitas e ganhos de produtividade e de rentabilidade. A margem EBITDA aumentou 0,4 ponto percentual chegando a 15,8% comparáveis a 15,4% no trimestre anterior.

Na variação ano-a-ano, o EBITDA apresentou variação negativa de 17,9%, que se explica, principalmente, pela menor contribuição da unidade CSU Contact, cujo lucro bruto passou de R\$ 3,9 milhões no 2T10 para R\$ 1,1 milhão no 2T11.

A expectativa da Administração é de que o EBITDA mantenha tendência de expansão ao longo dos próximos trimestres, a ser puxada por maiores receitas da CSU CardSystem, motivada pela expansão orgânica da base e pela entrada de novos cartões. Ao mesmo tempo, espera-se a melhora gradativa da rentabilidade da CSU Contact, o que também será importante para a ampliação consistente da margem EBITDA. Além disso, a Companhia iniciou um novo programa de ajustes, com o objetivo de racionalizar gastos nas duas unidades de negócio, cujos efeitos positivos devem se refletir nos resultados ainda este ano.



A seguir, a composição do EBITDA da Companhia e de suas unidades de negócio:

EBITDA - R\$ mil	2T11	% RL	2T10	% RL	Δ%	1T11	% RL	Δ%
CSU CardSystem	19.732	38,6%	19.675	34,0%	0,3%	17.493	38,0%	12,8%
CSU Contact	(3.791)	-7,6%	(250)	-0,6%	N/A	(3.093)	-6,5%	22,6%
Total EBITDA	15.941	15,8%	19.426	19,6%	-17,9%	14.400	15,4%	10,7%

EBITDA - R\$ mil	Acumulado 2011	% RL	Acumulado 2010	% RL	Δ%
CSU CardSystem	37.225	38,3%	40.455	34,5%	-8,0%
CSU Contact	(6.884)	-7,1%	(280)	-0,4%	N/A
Total EBITDA	30.341	15,6%	40.175	20,5%	-24,5%

Reconciliação EBITDA - R\$ mil	2T11	% RL	2T10	% RL	Δ%	1T11	% RL	Δ%
LAIR	9.341	9,2%	11.582	11,7%	-19,3%	7.362	7,9%	26,9%
(+) Despesas Financeiras	888	0,9%	2.011	2,0%	-55,9%	1.762	1,9%	-49,6%
(+) Depreciação/Amortização	5.713	5,6%	5.799	5,9%	-1,5%	5.275	5,6%	8,3%
(+) Projeto de Reestruturação	-	0,0%	34	0,0%	-100,0%	-	0,0%	-
EBITDA	15.941	15,8%	19.426	19,6%	-17,9%	14.400	15,4%	10,7%

Reconciliação EBITDA - R\$ mil	Acumulado 2011	% RL	Acumulado 2010	% RL	Δ%
LAIR	16.703	8,6%	23.529	12,0%	-29,0%
(+) Despesas Financeiras	2.649	1,4%	3.771	1,9%	-29,7%
(+) Depreciação/Amortização	10.988	5,6%	11.336	5,8%	-3,1%
(+) Projeto de Reestruturação	-	0,0%	1.539	0,8%	-100,0%
EBITDA	30.341	15,6%	40.175	20,5%	-24,5%

* Os números de 2010 foram ajustados para refletir os efeitos da adoção integral da convergência contábil efetivos para cada trimestre de 2010.

Lucro Líquido

No 2T11, o lucro líquido da CSU totalizou R\$ 5,85 milhões, com aumento de 32,6% quando comparado com 1T11. A evolução ocorreu tanto pela retomada do crescimento das receitas da Companhia, quanto pela melhora operacional. A margem líquida do trimestre foi de 5,8%, uma ampliação de 1,1 ponto percentual em relação ao trimestre imediatamente anterior.

Lucro Líquido - R\$ mil	2T11	% RL	2T10	% RL	Δ%	1T11	% RL	Δ%
Lucro Líquido	5.853	5,8%	7.684	7,8%	-23,8%	4.414	4,7%	32,6%

Lucro Líquido - R\$ mil	Acumulado 2011	% RL	Acumulado 2010	% RL	Δ%
Lucro Líquido	10.267	5,3%	15.645	8,0%	-34,4%

* Os números de 2010 foram ajustados para refletir os efeitos da adoção integral da convergência contábil efetivos para cada trimestre de 2010.

Investimentos

Consistente com o orçamento de capital aprovado na última assembleia de acionistas, os investimentos do trimestre cresceram 97,7% na comparação com o mesmo trimestre de 2010 para atender ao crescimento das atividades operacionais e das receitas da Companhia. Os investimentos totalizaram R\$ 13,9 milhões no 2T11, sendo R\$ 5,5 milhões na unidade de negócios CSU CardSystem e R\$ 8,4 milhões na CSU Contact.



Investimentos - R\$ milhões	2T11	2T10	Δ%	1T11	Δ%
CSU CardSystem	5,5	5,2	7,2%	5,3	4,3%
CSU Contact	8,4	1,9	347,8%	4,8	73,3%
Capex	13,9	7,0	97,7%	10,2	37,1%

Investimentos - R\$ milhões	Acumulado 2011	Acumulado 2010	Δ%
CSU CardSystem	10,9	9,8	10,8%
CSU Contact	13,2	4,8	177,9%
Capex	24,1	14,6	65,4%

A Companhia deu continuidade aos investimentos realizados em tecnologia na unidade de meios eletrônicos de pagamento. O montante investido é consistente trimestre a trimestre e é utilizado para a criação de novos produtos e serviços, desenvolvimento do software para receber novos clientes, atendimento dos novos requisitos periódicos das bandeiras e ampliação da capacidade de produção.

Na unidade CSU Contact, os maiores investimentos foram realizados para atender ao crescimento da unidade, com a instalação de novas posições de atendimento e implementação de operações dos novos contratos. Durante o trimestre, foram instaladas cerca de 500 novas posições de atendimento, totalizando 1.500 ao longo do primeiro semestre de 2011.

Endividamento

O endividamento bruto da Companhia apresentou redução de 10,6% nos últimos 12 meses, com liquidação de obrigações no montante de R\$ 6,5 milhões. Na comparação com o trimestre imediatamente anterior, a dívida bruta se ampliou em 3,8%, passando de R\$ 52,2 milhões para R\$ 54,2 milhões.

Os investimentos e gastos do período foram realizados com a utilização do saldo de disponibilidades, que, assim, registrou redução de R\$ 21,3 milhões no 1T11 para R\$ 1,4 milhão no 2T11. Dentre as saídas de caixa deste 2T11, destacam-se o pagamento de proventos aos acionistas e a aquisição de ações CARD3 pelo programa de recompra.



Endividamento - R\$ milhões	2T11	2T10	Δ%	1T11	Δ%
Curto prazo	28,1	23,4	20,0%	26,6	5,7%
Empréstimos e Financiamentos	15,2	13,6	11,8%	15,2	-0,2%
Leasing	12,9	9,8	31,4%	11,3	13,7%
Longo prazo	26,2	37,3	-29,8%	25,7	1,9%
Empréstimos e Financiamentos	7,0	20,3	-65,4%	9,6	-26,6%
Leasing	19,1	16,9	12,9%	16,1	19,0%
Dívida Bruta	54,2	60,7	-10,6%	52,2	3,9%
(-) Disponibilidades	1,4	28,3	-95,2%	21,3	-93,6%
Dívida Líquida	52,9	32,4	63,3%	30,9	71,0%

Assim, ao final do trimestre, a dívida líquida da CSU alcançou R\$ 52,9 milhões, aumento de 63,3% em relação ao encerramento do 2T10. Em linha com a estratégia de otimizar sua estrutura de capital, a CSU dispõe de linhas de crédito pré-aprovadas nos bancos com os quais mantém relacionamento. Além disso, devido ao confortável patamar de endividamento atual, com uma relação dívida líquida sobre o EBITDA dos últimos 12 meses de 0,7 vez, a CSU está trabalhando no sentido de buscar o alongamento dos prazos de pagamento. A alavancagem financeira, índice calculado pela razão entre dívida líquida e capital total de empresa, terminou o trimestre em 0,26 ante 0,14 no final de 2010.

MERCADO DE CAPITAIS

Neste segundo trimestre, a CSU aprovou mais um programa de recompra no qual poderão ser adquiridas, a critério da Diretoria, até 629.705 ações, que correspondem a 2,8% das ações em circulação. Em razão do atual preço das ações da Companhia na Bolsa, essa iniciativa tem como objetivo capturar um potencial importante de criação de valor para CARD3. O programa de recompra terá duração de um ano, contado a partir de 13 de junho deste ano.

A Companhia realizou um importante trabalho de aproximação com os investidores durante o segundo trimestre de 2011. Os executivos da CSU, inclusive o CEO e conselheiros, reuniram-se com acionistas buscando ampliar o conhecimento do mercado em relação às estratégias de gestão da Companhia. Os mesmos também estiveram presentes em diversos eventos e encontros organizados tanto por corretoras e bancos de investimentos quanto pela própria CSU.

Seguindo a mesma linha, a CSU desenvolveu um programa consistente de relacionamento com analistas *sell-side* com o objetivo de melhorar o entendimento sobre a Companhia entre esses profissionais, incluindo Banco do Brasil, Bradesco, BTG Pactual, Credit Suisse, Fator, HSBC, JP Morgan, Lopes Filho, Morgan Stanley e Raymond James. Os analistas são importantes agentes na divulgação do caso de investimento da Companhia e podem contribuir para o aumento da demanda por



CARD3, melhora da sua liquidez e na maior aproximação da precificação do papel ao seu valor justo.

Afirmações sobre Expectativas Futuras: *Este relatório pode incluir declarações que representem expectativas sobre eventos ou resultados futuros. Essas declarações estão baseadas em certas suposições e análises feitas pela Companhia de acordo com a sua experiência e o ambiente econômico e nas condições de mercado e nos eventos futuros esperados, muitos dos quais estão fora do controle da Companhia. Fatores importantes que podem levar a diferenças significativas entre os resultados reais e as declarações de expectativas sobre eventos ou resultados futuros incluem a estratégia de negócios da Companhia, as condições econômicas brasileira e internacional, tecnologia, estratégia financeira, desenvolvimentos dos clientes, condições do mercado financeiro, incerteza a respeito dos resultados de suas operações futuras, planos, objetivos, expectativas e intenções, entre outros. Em razão desses fatores, os resultados reais da Companhia podem diferir significativamente daqueles indicados ou implícitos nas declarações de expectativas sobre eventos ou resultados futuros.*

Notas Explicativas

1 Outras informações

As operações da CSU CardSystem S.A. ("CSU" ou "Companhia") compreendem a prestação de serviços de processamento de cartões de crédito e de uso múltiplo, de gestão e operacionalização de teleatendimento e televendas (*contact centers*), de cobrança e análise de crédito, de desenvolvimento e gestão operacional de programas de relacionamento, fidelização e aquisição de clientes e a prestação de serviços a empresas que operam no credenciamento de estabelecimento para realização de transações eletrônicas, contemplando a implantação, operacionalização e gestão de rede de capturas de transações eletrônicas de meios de pagamento. A Companhia está sediada na cidade de Barueri, no Estado de São Paulo.

As presentes informações trimestrais foram aprovadas em reunião de Diretoria ocorrida em 5 de agosto de 2011.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações trimestrais estão definidas a seguir, aplicadas de maneira consistente com os períodos anteriores apresentados para fins de comparabilidade.

2.1 Base de preparação das informações trimestrais

As informações trimestrais foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e estão apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais, relativamente às operações da Companhia, estão, também, de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*), emitidos pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. Essas práticas são consistentes com as adotadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010, publicadas em 25 de março de 2011.

A preparação de informações trimestrais requer o uso de certas estimativas contábeis e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os resultados reais dessas estimativas podem apresentar variações que, no período em que forem verificadas, serão reconhecidos no resultado.

As principais estimativas e julgamentos aplicados incluem: avaliação sobre a realização das contas a receber de clientes, para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa; avaliação sobre risco de perdas em processos judiciais nos quais a Companhia seja parte ré, para fins de mensuração de provisões para passivos judiciais; mensuração da etapa de execução dos serviços não faturados, para fins de reconhecimento das respectivas receitas; projeção de resultados tributários futuros, para identificação da recuperabilidade dos créditos fiscais diferidos; e determinação de vidas úteis econômicas do ativo imobilizado e intangível e de sua recuperação nas operações. Detalhes sobre estas estimativas contábeis e julgamentos estão apresentados na Nota 3.

2.2 Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com relatórios internos fornecidos para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais e estratégicas, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é o Conselho de Administração.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas informações trimestrais são mensurados e apresentados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"), qual seja o real.

Notas Explicativas

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários e investimentos com vencimentos originais de até três meses, com alta liquidez, mantidos em instituições financeiras e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.5 Ativos financeiros - classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia classificou todos os seus ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, sendo determinada no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data base do balanço, sendo estes classificados como ativos não circulantes.

Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "contas a receber de clientes", "demais contas a receber", "caixa e bancos" e "empréstimos e financiamentos", sendo contabilizados no momento inicial pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Na data do balanço é avaliado se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou em um grupo de ativos financeiros e, quando identificada, uma provisão é registrada e reconhecida na demonstração do resultado.

2.6 Impairment de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;

Notas Explicativas

- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.7 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

Durante os períodos encerrados em 30 de junho de 2011 e de 2010, a Companhia não celebrou contratos que possam ser considerados como instrumentos financeiros derivativos.

2.8 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são avaliadas, inicialmente, pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos por seus clientes. A avaliação da existência de *impairment* é baseada na análise individualizada dos clientes em atraso, considerando a sua capacidade de pagamento, as garantias oferecidas e a avaliação de advogados e empresas especializadas em cobranças.

O valor justo das contas a receber de clientes é registrado, inicialmente, pelo valor presente desses ativos calculado com base na taxa efetiva de juros das vendas a prazo. A referida taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

2.9 Estoques

Os estoques da Companhia compreendem materiais aplicados na prestação de serviços e são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método do custo médio ponderado.

2.10 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e também pode incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao bem e que o custo possa ser mensurado com segurança. Gastos com reparos e manutenções são registrados no resultado do exercício quando incorridos.

Notas Explicativas

A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear a partir da entrada em operação dos bens, considerando taxas que contemplam as respectivas vidas úteis econômicas anuais conforme demonstrado na Nota 3.5, que são revisadas e ajustadas, se apropriado, anualmente.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado do exercício em “Outras despesas operacionais líquidas”, no momento da alienação.

O valor de um ativo é imediatamente ajustado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for superior ao seu valor recuperável estimado.

2.11 Intangíveis

Os intangíveis estão demonstrados pelo custo de aquisição deduzido da amortização e de provisão para ajuste ao valor provável de realização (*impairment*), quando aplicável.

(a) Ágio

O montante de ágio registrado no balanço foi apurado quando da incorporação dos acervos líquidos contábeis da Global Investments do Brasil Participações Ltda., da Marketsystem Ltda. e da Rail Sul S.A., pela diferença entre o valor de compra e o valor contábil do patrimônio líquido das sociedades adquiridas. O ágio está fundamentado em rentabilidade futura, tendo sido amortizado até 31 de dezembro de 2008, no prazo, na extensão e na proporção dos resultados projetados, não superiores a dez anos.

De acordo com o CPC 01, a partir de 1º de janeiro de 2009, os ativos que tem uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização, mas sim a testes anuais de recuperabilidade, conforme descrito na Nota 2.12.

Para fins de teste de recuperabilidade, o ágio é alocado a Unidade Geradora de Caixa que deve se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, no caso a CSU CardSystem, identificada de acordo com o segmento operacional.

(b) Programas de computador (*softwares*)

As licenças de *software* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que estejam prontos para sua utilização. Esses custos são amortizados ao longo de sua vida útil anual estimada, conforme apresentado na Nota 3.5.

Os gastos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos com desenvolvimento diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de *softwares* e a parte adequada das despesas gerais diretamente relacionadas.

2.12 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização, depreciação e demais ativos não financeiros são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

Notas Explicativas

2.13 Arrendamento mercantil

Arrendamentos mercantis que transferem à Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são classificados como arrendamento financeiro e são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil, sendo depreciados ao longo de sua vida útil econômica. Os respectivos pagamentos são alocados parte ao passivo e parte aos encargos financeiros para que, desta forma, sejam obtidas taxas de juros constantes sobre o saldo remanescente do passivo circulante e não circulante. Os encargos financeiros são reconhecidos no resultado durante o período do arrendamento.

Arrendamentos mercantis nos quais parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamento operacional e os respectivos pagamentos são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período de arrendamento.

2.14 Fornecedores

Os passivos com fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano e, caso contrário, são apresentados como passivo não circulante. São inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente.

2.15 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*).

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, quando então são classificados no passivo não circulante.

2.16 Provisões

As provisões são registradas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e quando uma estimativa confiável do valor possa ser feita, mensurada pelo valor presente dos gastos que serão necessários para liquidar a obrigação. Posteriormente, o aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.17 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base na legislação tributária vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, usando-se o método do passivo. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social, quais sejam aquelas quando espera-se que o respectivo imposto diferido ativo seja realizado ou quando o imposto diferido passivo seja liquidado.

Notas Explicativas

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os impostos de rendas diferidos ativos e passivos são compensáveis quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

2.18 Benefícios a empregados

(a) Gratificação a gestores

O reconhecimento desta despesa é mensalmente efetuado com base em estimativas percentuais do Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA) ou do lucro líquido do período, o que for menor, de acordo com a aprovação do Conselho de Administração.

(b) Remuneração com base em ações

A Companhia oferece a administradores e executivos planos de remuneração com base em ações, liquidados em ações da Companhia. A Companhia recebe os serviços como contraprestações das opções de compra de ações. O valor justo das opções concedidas é reconhecido como despesa, durante o período no qual o direito é adquirido em condições específicas, que devem ser atendidas. A contrapartida é registrada a crédito na "Reserva de capital - opções de ações".

2.19 Capital social

As ações ordinárias emitidas pela Companhia são classificadas no patrimônio líquido.

Os valores pagos pela aquisição de ações de emissão da própria Companhia incluem quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis, líquidos do imposto de renda, sendo deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou alienadas.

2.20 Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras quando deliberado, com base nas disposições contidas no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembléia Geral.

O estatuto social da Companhia estabelece que o Conselho de Administração poderá aprovar o crédito a seus acionistas de Juros Sobre Capital Próprio (JCP), devendo ser imputado ao dividendo estatutário, configurando a obrigação legal. O benefício fiscal do JCP é reconhecido na demonstração do resultado.

2.21 Reconhecimento de receita

(a) Vendas de serviços

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência. A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base os serviços executados até a data-base do balanço, mensurados de acordo com os critérios estabelecidos contratualmente com os clientes, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente e quando é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para Companhia. Se posteriormente surgirem circunstâncias que possam alterar os valores obtidos nas mensurações originais de receitas e custos, as mensurações iniciais serão revisadas, podendo resultar em aumento ou redução das receitas ou dos custos inicialmente registrados, as quais serão reconhecidas no resultado do período em que a administração tomar conhecimento das circunstâncias que originarem a

Notas Explicativas

revisão.

A receita é apresentada líquida dos impostos, abatimentos e descontos.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.22 Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários não circulantes e circulantes, para estes últimos quando o efeito é considerado relevante em relação às informações trimestrais tomadas em conjunto, são ajustados ao seu valor presente na data das transações, em função de seus prazos de realização, com base em taxa estimada do custo de capital da Companhia. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de receitas e despesas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros pela fruição do prazo.

2.23 Normas, alterações e interpretações de normas em vigor a partir do exercício social de 2011

As interpretações e alterações de normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2011. Entretanto, não são esperados impactos relevantes para as operações atuais da Companhia.

<u>Tópico</u>	<u>Exigências-chave</u>	<u>Data da entrada em vigor</u>
IAS 24 - "Divulgações de Partes Relacionadas" (revisado em 2009)	Altera a definição de uma parte relacionada e modifica determinadas exigências de divulgação da parte relacionada para entidades relacionadas como governo.	1º de janeiro de 2011
Alteração ao IFRIC 14, IAS 19 - "Limite de Ativo de Benefício Definido, Exigências Mínimas de Provimento de Recursos (<i>Funding</i>) e sua Interação"	Retira as consequências não intencionais que surgem do tratamento de pagamentos antecipados, no qual há uma exigência mínima de provimento de recursos. Os resultados nos pagamentos antecipados das contribuições em determinadas circunstâncias são reconhecidos como ativo, em vez de despesa.	1º de janeiro de 2011
IFRS 9 "Instrumentos Financeiros"	O IFRS 9 é o primeiro padrão emitido como parte de um projeto maior para substituir o IAS 39. O IFRS 9 retém, mas simplifica, o modelo de mensuração e estabelece duas categorias de mensuração principais para os ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros. A orientação incluída no IAS 39 sobre <i>impairment</i> dos ativos financeiros e contabilização de <i>hedge</i> continua a ser aplicada. Períodos anteriores não precisam ser reapresentados se uma entidade adotar a norma para os períodos iniciados ou a iniciar antes de 1º de janeiro de 2012.	1º de janeiro de 2013

Notas Explicativas

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

3.1 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização de contas a receber. Para determinar a suficiência da provisão sobre contas a receber de clientes são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos sem garantia real e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada provisão no balanço em montante suficiente para cobertura da perda provável.

3.2 Provisões para passivos judiciais

As provisões para passivos judiciais são referentes a procedimentos judiciais, de acordo com a probabilidade de perda ou ganho, sendo registradas contabilmente provisões somente para os procedimentos em que a administração julgue como provável um resultado desfavorável à Companhia e com relação ao qual a perda seja estimada em bases razoáveis. Para os procedimentos judiciais em que o julgamento de um resultado desfavorável à Companhia seja possível, é efetuada divulgação nas notas explicativas. Essas determinações são feitas pela administração com base no parecer dos assessores jurídicos da Companhia, de forma que os passivos judiciais e contingências estejam adequadamente reconhecidos nas demonstrações financeiras.

3.3 Receita de prestação de serviços não faturada

As receitas da Companhia decorrem principalmente da prestação de serviços, nos termos dos contratos comerciais com os clientes da Companhia. Enquanto não faturada, a receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a etapa de execução dos serviços realizados, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente, de acordo com as condições estabelecidas nos contratos.

3.4 Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias

Os créditos fiscais de imposto de renda e contribuição social diferidos, incidentes sobre o prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e outros valores que constituem diferenças temporárias, que serão utilizados para redução de carga tributária futura, são reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade e as expectativas de geração de lucros tributáveis da Companhia nos próximos exercícios. A administração da Companhia elabora periodicamente, ao final de cada exercício, estudo técnico suportado pela projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários em período inferior a dez anos. Essas estimativas são periodicamente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras.

3.5 Vida útil de ativos não circulantes

Os ativos imobilizados e intangíveis, com exceção do ágio, são depreciados e amortizados com base no método linear, considerando taxas que se aproximam à vida útil econômica dos bens, anualmente revisadas, apresentadas a seguir:

Ativo imobilizado	Vida útil econômica (anos)
Móveis e utensílios	9
Instalações	15
Equipamentos	9
Veículos	6
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2 a 4
Computadores e periféricos	4

Notas Explicativas

Ativo intangível	Vida útil econômica (anos)
Sistemas de processamento de dados	19
Sistemas de customização	24
Sistema ERP	19
Software Vision Plus	24
Cessão de direitos de uso de <i>software</i>	10
Outros	5

3.6 Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

O ativo imobilizado, intangível e demais ativos, incluindo o saldo de ágio na aquisição de investimentos, são revistos anualmente, para identificar eventuais evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. O teste de recuperabilidade dos saldos dos Imobilizados e Intangíveis é efetuado de acordo com o CPC 01, considerando sua recuperação pelo valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado de cada unidade geradora de caixa, com base em premissas e projeções de crescimento, contidos no plano de negócios da Companhia.

4 Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, em 31 de dezembro de 2010, são representados por depósitos bancários à vista e por aplicações financeiras em títulos de renda fixa, remuneradas pelo CDI e mensuradas ao valor justo por meio do resultado, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa. Em 30 de junho de 2011, os saldos de aplicações financeiras encontram-se cedidos fiduciariamente como garantia de operação de fiança. Esses saldos são mantidos em instituições financeiras de primeira linha e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
Depósitos bancários à vista		
Bancos - moeda nacional	1.355	1.997
	<u>1.355</u>	<u>1.997</u>
Aplicações financeiras		
Renda Fixa – CDB		4.580
Renda Fixa – CDB Compromissada	2.599	23.503
	<u>2.599</u>	<u>28.083</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>1.355</u>	<u>30.080</u>
Aplicações financeiras – curto prazo	<u>2.599</u>	

Notas Explicativas

5 Contas a receber de clientes - circulante e não circulante

O saldo a receber de clientes corresponde, basicamente, ao faturamento dos serviços prestados, cujo recebimento ocorre substancialmente no mês subsequente, bem como a apropriação proporcional da receita pelos serviços prestados até o final do mês de competência e que serão faturados conforme definido nas cláusulas comerciais dos respectivos contratos.

(a) Composição contas a receber de clientes

	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
Contas a receber – circulante	55.965	47.881
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	<u>(20)</u>	<u>(135)</u>
	<u>55.945</u>	<u>47.746</u>
Contas a receber - não circulante	14.647	14.664
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	<u>(11.527)</u>	<u>(9.684)</u>
	<u>3.120</u>	<u>4.980</u>

A Companhia possui registrado no ativo não circulante o montante de R\$1.842 (R\$3.684 em dezembro de 2010), referente a valor devido pela Caixa Econômica Federal (CEF), decorrente da prestação de serviços objeto da primeira fase do contrato firmado com a CEF em 2005, líquido de provisão para perdas, atualmente em cobrança na esfera judicial, conforme descrito na Nota 9(c).

A constituição e a baixa da provisão para contas a receber são registradas no resultado do exercício como "Outras despesas".

(b) Composição por idade de vencimento

	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
A vencer		
Em até um mês	33.474	34.970
Acima de quatro meses	<u>5.958</u>	<u>4.688</u>
	<u>39.432</u>	<u>39.658</u>
Vencidos		
Em até um mês	1.395	3.273
De um a dois meses	2.013	1.124
De dois a três meses	2.188	354
De três a quatro meses	826	536
Acima de quatro meses	24.758	17.600
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(11.547)</u>	<u>(9.819)</u>
	<u>19.633</u>	<u>13.068</u>
	<u>59.065</u>	<u>52.726</u>

Notas Explicativas

(c) Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Período de seis meses findo em	
	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010
Em 1º de janeiro	(9.819)	(6.431)
Provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	(1.843)	(1.863)
Contas a receber de clientes baixadas durante o período, como incobráveis	115	
Valores não usados, revertidos		137
Em 30 de junho	<u>(11.547)</u>	<u>(8.157)</u>
Ativo circulante	(20)	(135)
Ativo não circulante	(11.527)	(8.022)

6 Estoques

	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
Cartões	559	885
Materiais adicionais	357	274
Outros	165	152
	<u>1.081</u>	<u>1.311</u>

7 Partes relacionadas

- 7.1 As transações com partes relacionadas resumem-se a doações realizadas ao Instituto CSU, para manutenção das suas atividades de capacitação de profissionais para o mercado de trabalho promovendo sua inclusão social por meio de cursos gratuitos de informática.

<u>Empresa</u>	Despesa no período de seis meses findo em	
	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010
Instituto CSU	60	50

Notas Explicativas

7.2 Remuneração aos administradores

O valor-limite global anual de remuneração por serviços prestados pelo pessoal-chave da administração, que inclui os conselheiros de administração e diretores estatutários, foi fixado para o exercício de 2011 em R\$5.875, conforme aprovado na Assembléia Geral Ordinária de 26 de abril de 2011. Relativamente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2011 e 2010, os valores devidos, pagos ou a pagar, estão demonstrados a seguir:

	Período de seis meses findo em	
	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010
Honorários	1.964	1.472
Pagamento baseado em ações	20	80
Gratificações e benefícios indiretos	<u>158</u>	<u>638</u>
	<u>2.142</u>	<u>2.190</u>

Notas Explicativas

8 Imobilizado

	Móveis e utensílios	Instalações	Equipamentos	Veículos	Benefeitorias		Total
					em imóveis de terceiros	Computadores e periféricos	
Em 1º de janeiro de 2010	7.590	9.699	4.124	2.297	7.114	11.233	42.057
Aquisição	382	204	747	579	1.137	1.534	4.583
Alienação		(506)		(154)		(1)	(661)
Transferências	(11)		4			7	
Depreciação	(583)	(972)	(536)	(307)	(1.251)	(2.386)	(6.035)
Em 30 de junho de 2010	7.378	8.425	4.339	2.415	7.000	10.387	39.944
Em 31 de dezembro de 2010							
Custo total	16.393	14.363	7.614	4.773	12.233	47.461	102.837
Depreciação acumulada	(9.567)	(6.085)	(3.533)	(2.605)	(5.705)	(37.308)	(64.803)
Saldo contábil, líquido	6.826	8.278	4.081	2.168	6.528	10.153	38.034
Em 31 de dezembro de 2010							
Aquisição	6.826	8.278	4.081	2.168	6.528	10.153	38.034
Alienação	917	705	2.436		4.236	2.532	10.826
Transferências	(1)	(5)	1		5	(1)	(1)
Depreciação	(804)	(457)	(489)	(298)	(1.243)	(1.509)	(4.800)
Saldos em 30 de junho de 2011	6.938	8.521	6.029	1.870	9.526	11.175	44.059
Custo total	17.309	15.063	10.051	4.773	16.475	49.916	113.587
Depreciação acumulada	(10.371)	(6.542)	(4.022)	(2.903)	(6.949)	(38.741)	(69.528)
Saldo contábil, líquido	6.938	8.521	6.029	1.870	9.526	11.175	44.059
Taxa média ponderada de depreciação - %	15,6	6,42	16,54	16,67	29,48	17,95	

A depreciação do período de seis meses findo em 30 de junho de 2011 alocada ao custo dos serviços prestados monta a R\$4.298 (R\$4.347 em 30 de junho de 2010) e a despesas operacionais R\$502 (R\$807 em 30 de junho de em 2010). Em 30 de junho de 2010, o montante de R\$877, correspondente à depreciação acelerada de benfeitorias e instalações da filial de Alphaville, cujo contrato de locação foi encerrado em fevereiro de 2010, foi alocado em gastos com reestruturação.

8.1 Imobilizado adquirido por *leasing*

	30 de junho de 2011	31 de dezembro 2010
Móveis e utensílios		
Custo	11.407	10.898
Depreciação acumulada	<u>(5.829)</u>	<u>(5.192)</u>
Saldo contábil, líquido	<u>5.578</u>	<u>5.706</u>
Instalações		
Custo	13.697	13.042
Depreciação acumulada	<u>(6.242)</u>	<u>(5.831)</u>
Saldo contábil, líquido	<u>7.455</u>	<u>7.211</u>
Equipamentos		
Custo	7.357	5.435
Depreciação acumulada	<u>(2.918)</u>	<u>(2.553)</u>
Saldo contábil, líquido	<u>4.439</u>	<u>2.882</u>
Veículos		
Custo	3.508	3.508
Depreciação acumulada	<u>(1.981)</u>	<u>(1.744)</u>
Saldo contábil, líquido	<u>1.527</u>	<u>1.765</u>
Benfeitorias em imóveis de terceiros		
Custo	12.153	8.204
Depreciação acumulada	<u>(3.248)</u>	<u>(2.153)</u>
Saldo contábil, líquido	<u>8.905</u>	<u>6.051</u>
Computadores e periféricos		
Custo	42.009	39.627
Depreciação acumulada	<u>(33.980)</u>	<u>(32.890)</u>
Saldo contábil, líquido	<u>8.029</u>	<u>6.736</u>

Notas Explicativas

	Sistemas de				Cessão de				Vida útil definida		Vida útil indefinida
	processamento de dados	Sistemas de "customização"	Sistema ERP	Software Vision Plus	direitos de uso de software	Software Card 24	Outros (*)	Marketssystem	Total		
Em 1º de janeiro de 2010	259	55.278	1.808	12.102	26.049	4.140	34	25.895	125.565		
Aquisição		4.857	251	1.363	3.491				9.962		
Alienação		(379)							(379)		
Amortização	(34)	(3.258)	(52)	(576)	(2.258)		(4)		(6.182)		
Em 30 de junho de 2010	225	56.498	2.007	12.889	27.282	4.140	30	25.895	128.966		
Em 31 de dezembro de 2010	9.165	94.618	2.349	30.787	72.987	4.142	3.102	36.845	253.995		
Amortização acumulada	(8.947)	(35.838)	(370)	(18.502)	(43.577)	(2)	(3.076)	(10.950)	(121.262)		
Saldo contábil, líquido	218	58.780	1.979	12.285	29.410	4.140	26	25.895	132.733		
Em 31 de dezembro de 2010	218	58.780	1.979	12.285	29.410	4.140	26	25.895	132.733		
Aquisição	2	7.690	12	7	5.555				13.266		
Alienação		(527)							(527)		
Amortização	(6)	(2.685)	(60)	(610)	(2.824)		(3)		(6.188)		
Em 30 de junho de 2011	214	63.258	1.931	11.682	32.141	4.140	23	25.895	139.284		
Custo total	9.167	101.781	2.361	30.795	78.542	4.142	3.102	36.845	266.735		
Amortização acumulada	(8.953)	(38.523)	(430)	(19.113)	(46.401)	(2)	(3.079)	(10.950)	(127.451)		
Saldo contábil, líquido	214	63.258	1.931	11.682	32.141	4.140	23	25.895	139.284		
Taxa média ponderada de amortização - %	5,2	12,1	5,2	8,6	9		20				

(*) Outros Sistemas - soma das contas Private Label + Accor + Falcon + Internet.

A amortização do período de seis meses findo em 30 de junho de 2011 alocada ao custo dos serviços prestados totaliza R\$5.839 (R\$6.107 em 30 de junho de 2010) e às despesas operacionais R\$349 (R\$75 em 30 de junho de 2010).

- (a) Na rubrica "Sistemas customização", são registrados os gastos incorridos na customização dos sistemas (substancialmente os sistemas Vision Plus e Card 24 - vide abaixo) utilizados na prestação de serviços aos clientes.
- (b) Os custos com o *software* Vision Plus estão sendo amortizados por um período de 12 anos a partir de 1º de janeiro de 2010 (até o exercício de 2009, 12 anos a partir de 1º de abril de 2007, conforme laudo anteriormente emitido por peritos avaliadores independentes), refletindo a vida útil remanescente.
- (c) *Software* Card 24 - Projeto Caixa Econômica Federal

Trata-se de contrato firmado em maio de 2005 entre a Companhia e a Caixa Econômica Federal (CEF), compreendendo duas fases, sendo a primeira a implementação de solução integrada de processamento de cartões no ambiente tecnológico da CEF e, a segunda, a prestação de serviços de processamento de cartões, nessa solução, por um período de 24 meses.

A Companhia cumpriu a primeira fase dentro das condições contratuais e tratativas realizadas com a CEF, porém não reconhecida por esta. Após tentativas de entendimentos entre as partes, sem sucesso, a Companhia ingressou com medidas judiciais no ano de 2007 e, a CEF, em 2008, rescindiu de forma administrativa o Contrato.

Em agosto de 2007, a Companhia propôs Medida Cautelar de Produção Antecipada de Provas, objetivando comprovar os serviços prestados referentes à primeira fase e resguardar a possibilidade de cobrança dos valores que lhe são devidos, tendo em dezembro de 2007 proposto ação ordinária pleiteando o ressarcimento e a indenizações pelos danos causados à Companhia, em decorrência da referida rescisão contratual. A CEF também pleiteia ações indenizatórias contra a Companhia.

A Medida Cautelar acima citada foi deferida em 2009, cumprindo as partes os requisitos legais exigidos, restando apenas a realização da perícia judicial.

A administração, com base na opinião de seus assessores legais, entende que o desfecho dessas ações judiciais será favorável à Companhia.

A seguir sumariamos os saldos em 30 de junho de 2011 relacionados ao Projeto CEF:

	30 de Junho de 2011
Intangível - sistemas de customização	14.833
Intangível - <i>software</i> Card 24	4.140
Total - sistemas de customização e <i>software</i>	<u>18.973</u>

- (d) O saldo de ágio na aquisição de investimentos refere-se ao resultado das incorporações dos acervos líquidos da Global Investments do Brasil Participações Ltda., da Marketsystem Ltda. e da Rail Sul S.A., amortizados até o final do exercício de 2008, sendo testado anualmente pela administração, para fins de avaliação de recuperabilidade, a partir de janeiro de 2009.

Os testes de recuperabilidade dos saldos dos ativos com vida útil indefinida foi efetuado no final do exercício de 2010 de acordo com o CPC 01, considerando sua recuperação pelo valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado de cada unidade geradora de caixa, com base em projeções de crescimento contidas no plano de negócios da Companhia, aprovado pelo Conselho de Administração. As taxas de crescimento que foram utilizadas nas projeções são compatíveis com as taxas de mercado em que a Companhia atua e a taxa de desconto utilizada foi de 11,07% a.a. O resultado do teste não indicou perda de valor a ser reconhecida.

Notas Explicativas**10 Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil**

	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
Passivo circulante		
Contas garantidas	743	35
Arrendamento mercantil financeiro (i)	12.881	10.539
Financiamentos (i)	<u>14.457</u>	<u>15.155</u>
	<u>28.081</u>	<u>25.729</u>
Passivo não circulante		
Arrendamento mercantil financeiro (i)	19.120	15.097
Financiamentos (i)	<u>7.045</u>	<u>13.079</u>
	<u>26.165</u>	<u>28.176</u>
	<u><u>54.246</u></u>	<u><u>53.905</u></u>

- (i) Taxas indexadas ao CDI e com "spread" de 0,11% a 0,4074%. O vencimento final dos contratos firmados até 30 de junho de 2011 ocorrerá até 14 de novembro de 2015.

Para os contratos de arrendamento mercantil, utilizados no 1º semestre de 2011 e ainda não encerrados, a liquidação é estimada para até 30 de julho de 2016.

- (a) Composição do saldo no passivo não circulante, por ano de vencimento:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>30 de junho de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>
2012	9.987	18.482
2013	9.127	5.001
2014	4.978	3.033
2015	<u>2.073</u>	<u>1.660</u>
	<u>26.165</u>	<u>28.176</u>

- (b) Os financiamentos são garantidos por recebíveis no montante de R\$26.000 (R\$29.000 em 31 de dezembro de 2010) e os contratos de arrendamento mercantil são garantidos pelos próprios bens objeto dos contratos.
- (c) As obrigações pelos contratos de arrendamento mercantil possuem prazo de pagamento que varia entre 36 e 60 meses e estão registrados pelo seu valor presente. Os encargos financeiros, que se referem substancialmente à variação do CDI, são registrados no resultado do exercício durante o prazo do arrendamento.

Notas Explicativas

11 Obrigações sociais e trabalhistas

Os saldos de salários e encargos sociais são compostos como segue:

	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
Salários a pagar	6.139	5.672
Encargos sociais	4.420	4.318
Provisão de férias	13.796	12.419
Provisão para 13º salário	5.036	
Provisão para gratificação a gestores	3.672	3.353
Outros	933	1.262
	<u>33.996</u>	<u>27.024</u>

12 Tributos a compensar e a recolher

Os saldos de impostos e contribuições a compensar e a recolher são compostos como segue:

	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
A compensar		
Ativo circulante		
Imposto de renda e contribuição social		
Imposto de renda	6.288	3.739
Contribuição social	1.589	708
	<u>7.877</u>	<u>4.447</u>
Demais impostos a compensar		
PIS e COFINS	417	1.125
Outros	838	481
	<u>1.255</u>	<u>1.606</u>
A recolher		
Passivo circulante		
Imposto de renda e contribuição social		
Imposto de renda	892	
Contribuição social	263	
	<u>1.155</u>	
Demais impostos a recolher		
Imposto de renda retido na fonte	67	1.358
ISS	735	1.364
ISS parcelado		173
PIS e COFINS	1.762	2.051
Outros	238	286
	<u>2.802</u>	<u>5.232</u>
Passivo não circulante		
ISS parcelado		820
ISS		424
PIS e COFINS	335	14
	<u>335</u>	<u>1.258</u>

Notas Explicativas

13 Imposto de renda e contribuição social diferidos

(a) Composição do saldo e movimentação

	30 de Junho de 2011	Debitado (creditado) no resultado	31 de dezembro de 2010
Créditos fiscais diferidos			
Prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social	2.323	1.875	4.198
Diferenças temporárias			
Provisão para contingências	11.529	(721)	10.808
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.446	(586)	2.860
Outras provisões	1.890	(200)	1.690
Regime Tributário de Transição (RTT)			
Plano de opções de ações	73	(7)	66
AVP de contas a receber de longo prazo	105	59	164
	<u>19.366</u>	<u>420</u>	<u>19.786</u>
Débitos fiscais diferidos			
Regime Tributário de Transição (RTT)			
Amortização de ágio	(3.132)	627	(2.505)
Arrendamento mercantil financeiro	(8.405)	633	(7.772)
	<u>(11.537)</u>	<u>1.260</u>	<u>(10.277)</u>
	<u>7.829</u>	<u>1.680</u>	<u>9.509</u>

(b) Período estimado de realização

A expectativa da administração da Companhia é que os créditos fiscais diferidos sobre as diferenças temporárias, no montante de R\$17.043, serão realizados nos próximos quatro anos. Em relação aos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, no montante de R\$2.323, a expectativa da administração é de recuperação integral em até um ano. Abaixo é apresentado o cronograma estimado de realizações:

	Créditos	Débitos
Até junho de 2012	4.245	(1.127)
De julho de 2012 a dezembro de 2012	1.004	(50)
2013	13.688	839
2014	429	1.072
2015		4.499
2016 a 2020		6.304
	<u>19.366</u>	<u>11.537</u>

As expectativas de recuperação dos créditos fiscais foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em conta diversas premissas financeiras e de negócios, aprovadas pelos órgãos da administração da Companhia. Portanto, as expectativas estão sujeitas a não se concretizarem e os resultados reais podem apresentar variações em relação a essas expectativas.

Notas Explicativas

(c) Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

	Período de seis meses findo em	
	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	16.702	23.528
Imposto de renda e contribuição social calculados às alíquotas vigentes na legislação (25% e 9%, respectivamente)	(5.679)	(7.999)
Ajuste para cálculo pela alíquota efetiva		
Despesas não dedutíveis (incluindo doações)	(336)	(110)
Adicional de 10% da base de IRPJ	12	12
Incentivos fiscais	77	159
Outros	(511)	54
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(6.437)</u>	<u>(7.884)</u>
Corrente	(4.757)	(6.194)
Diferido	<u>(1.680)</u>	<u>(1.690)</u>
	<u>(6.437)</u>	<u>(7.884)</u>
Alíquota efetiva - %	<u>38,5%</u>	<u>33,5%</u>

(d) Regime Tributário de Transição (RTT)

O Regime Tributário de Transição (RTT) terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária.

O regime foi optativo nos anos-calendário de 2008 e de 2009, respeitando-se: (i) aplicar ao biênio 2008-2009, não a um único ano-calendário; e (ii) manifestar a opção na Declaração de Informações Econômico-Financeiras da Pessoa Jurídica (DIPJ). A partir do ano-calendário de 2010, sua adoção passou a ser obrigatória.

A Companhia optou pela adoção do RTT em 2008. Consequentemente, para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o resultado do período findo em 30 de junho de 2011 e 2010, a Companhia utilizou as prerrogativas definidas no RTT.

14 Programa de Recuperação Fiscal (REFIS)

Em novembro de 2009, a Companhia formalizou a adesão ao programa de redução e parcelamento de tributos, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 e pela Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 6, de 22 de julho de 2009.

O saldo do passivo, circulante e não circulante, para amortização no período 60 meses, com a consolidação pela Receita Federal do Brasil ocorrida em junho de 2011, restam na data do balanço 41 meses para liquidação total.

Pela adesão ao novo programa de parcelamento, a Companhia obriga-se ao pagamento das parcelas sem atraso superior a três meses, bem como desistência das ações judiciais e renúncia a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda as referidas ações, sob pena de imediata rescisão do parcelamento e, consequentemente, perda dos benefícios anteriormente mencionados.

Notas Explicativas

A movimentação dos valores devidos é demonstrada como segue:

Em 31 de dezembro de 2010	15.793
Adições	1.365
Atualização monetária	765
Pagamentos efetuados	<u>(990)</u>
Em 30 de junho de 2011	<u>16.933</u>
Passivo circulante	4.688
Passivo não circulante	<u>12.245</u>
	<u><u>16.933</u></u>

15 Passivos e depósitos judiciais

15.1 Na data das informações trimestrais, a Companhia apresentava os seguintes passivos judiciais:

	<u>30 de junho de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>
Tributários	32.221	29.566
Trabalhistas e previdenciários	6.342	5.686
Reclamações cíveis	<u>175</u>	<u>231</u>
	<u><u>38.738</u></u>	<u><u>35.483</u></u>

15.2 Os valores apresentados abaixo correspondem ao saldo de depósitos judiciais, relacionados ou não a processos judiciais provisionados, classificados no ativo não circulante:

	<u>30 de junho de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>
Tributários	31.293	28.003
Trabalhistas e previdenciários	13.463	10.692
Reclamações cíveis	<u>831</u>	<u>810</u>
	<u><u>45.587</u></u>	<u><u>39.505</u></u>

15.3 A movimentação do passivo judicial nos períodos de seis meses findos em 30 de junho está demonstrada a seguir:

	<u>Período de seis meses findo em</u>	
	<u>30 de junho de 2011</u>	<u>30 de junho de 2010</u>
Saldo no início do período	35.483	28.615
Adições	3.460	5.353
Baixas		(596)
Estornos		(794)
Transferência para REFIS	<u>(1.451)</u>	
Atualizações monetárias	<u>1.246</u>	<u>410</u>
Saldo no fim do período	<u><u>38.738</u></u>	<u><u>32.988</u></u>

Notas Explicativas

15.4 Natureza dos passivos judiciais:

A companhia no curso normal de suas operações é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial e, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, suportada pela opinião de seus consultores legais externos.

- (a) Tributárias - correspondem a divergências de interpretação em relação à autoridade fiscal, principalmente em relação à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).
- (b) Contingências trabalhistas e previdenciárias - consideram o estágio atual dos processos em andamento em caso de perdas prováveis.
- (c) Ações cíveis - são relacionadas a ocorrências comuns aos processos inerentes à prestação dos serviços.

15.5 Perdas possíveis

A Companhia é parte em ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	30 de junho de 2011	31 de dezembro 2010
Tributárias	2.948	4.294
Cíveis	115	590
Trabalhistas	<u>26.454</u>	<u>31.719</u>
	<u>29.517</u>	<u>36.603</u>

16 Compromissos

Para viabilizar suas atividades, a Companhia celebrou contratos de aluguel e de fianças bancárias, agrupados e caracterizados conforme segue:

(a) Contratos de aluguel

Os contratos de aluguéis vigentes possuem prazos de até quatro anos renováveis. Os pagamentos anuais futuros estimados de aluguéis são os seguintes:

<u>Ano</u>	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
2011	8.798	12.726
2012	18.217	12.958
2013	15.748	12.344
2014	<u>3.534</u>	<u>2.639</u>
	<u>46.297</u>	<u>40.667</u>

Notas Explicativas

(b) Fianças bancárias

Com base nos contratos vigentes, as fianças bancárias apresentam as seguintes composições:

Modalidade	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
Fianças bancárias garantindo		
Contratos de aluguel (i)	18.652	13.911
Processos judiciais (ii)	11.489	5.991
Contratos de prestação de serviços (iii)	1.020	4.706
	31.161	24.608

- (i) Garantia prestada por instituições financeiras para assegurar o pagamento dos contratos de locação de imóveis.
- (ii) Garantia prestada por instituições financeiras para substituir depósitos judiciais em processos movidos contra a Companhia.
- (iii) Garantia prestada por instituições financeiras para assegurar o cumprimento de contratos de prestação de serviço a clientes.

17 Patrimônio líquido

17.1 Capital

O capital subscrito e totalmente integralizado é composto por 48.571.597 ações ordinárias, sem valor nominal.

17.2 Reserva legal e de retenção de lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

As reservas de retenção de lucros em 2010 e 2009 foram constituídas para viabilizar o Programa de investimentos e de redução do endividamento previstos nos orçamentos de capital para os exercícios de 2010 e 2011, bem como para suportar a manutenção do saldo de ações mantidas em tesouraria, em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76.

17.3 Ações em tesouraria

Em 2 de junho de 2009, o Conselho de Administração da Companhia deliberou sobre Programa de Recompra de Ações, autorizando a aquisição de ações de emissão própria, sem redução do capital social, para manutenção em tesouraria visando, preferencialmente, suportar o Plano de opções de ações (Nota 20), para posterior alienação ou cancelamento. O Conselho de Administração entendeu ser oportuna a aquisição de ações da Companhia considerando a condição conjuntural de mercado e o preço das ações em Bolsa naquele momento, assim como a disponibilidade de recursos em caixa. A critério da diretoria poderiam ter sido adquiridas até 800.000 ações ordinárias de emissão da Companhia, correspondentes a 4,4% das ações em circulação no mercado na data de sua autorização, cujo prazo de aquisição foi de até 365 dias a contar da data de deliberação do programa, ou seja, até 2 de junho de 2010. O programa foi concluído com a aquisição de 798.500 ações ordinárias, correspondendo a 2,8% das ações em circulação no mercado e a 1,2% do capital total, a um custo médio ponderado de R\$5,82 por ação, sendo o custo mínimo R\$4,40, o máximo R\$8,44.

Em 3 de novembro de 2010, o Conselho de Administração da Companhia deliberou sobre outro Programa de Recompra de Ações, autorizando a aquisição de ações de emissão própria, sem redução do capital social, para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, visando maximizar a geração de valor para os acionistas, tendo em vista o valor de cotação das ações da

Notas Explicativas

Companhia em Bolsa e, também, como forma de garantir a boa gestão do Plano de opções de ações (Nota 20) e remuneração de funcionários atrelada ao seu desempenho e permanência na Companhia. A critério da diretoria poderiam ter sido adquiridas até 800.000 ações ordinárias de emissão da Companhia, correspondentes a 3,751% das ações em circulação no mercado na data de sua autorização, cujo prazo de aquisição foi de 365 dias a contar da data de deliberação do programa, ou seja, até 3 de novembro de 2011. O programa foi concluído em 27 de maio de 2011 com a aquisição de 800.000 ações ordinárias, correspondendo a 3,59% das ações em circulação no mercado e a 1,65% do capital total, a um custo médio ponderado de R\$5,89 por ação, sendo o custo mínimo de R\$4,70 e o máximo de R\$7,26.

Em 13 de junho de 2011, o Conselho de Administração da Companhia deliberou mais um Programa de Recompra de Ações, autorizando a aquisição de ações de emissão própria, sem redução do capital social, para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, visando maximizar a geração de valor para os acionistas, tendo em vista o valor de cotação das ações da Companhia em Bolsa, evidenciando sua visão estratégica e o compromisso de longo prazo com o mercado de capitais. Neste programa, a critério da diretoria, poderão ser adquiridas até 629.705 ações ordinárias de emissão da Companhia, correspondendo a 2,826% das ações em circulação no mercado (conforme definido no artigo 5º da Instrução CVM nº 10/80) as quais, na data de sua autorização, somavam 22.282.048 ações ordinárias. A aquisição deverá respeitar o limite do saldo de lucros ou reservas da Companhia, exceto a reserva legal, conforme determinação legal vigente, com prazo de aquisição de um ano a partir de 14 de junho de 2011. Até 30 de junho de 2011, no âmbito deste programa, a Companhia adquiriu 4.500 ações de emissão própria, correspondendo a 0,02% das ações em circulação no mercado e a 0,01% do capital total, a um custo médio ponderado de R\$4,55 por ação, sendo o custo mínimo a R\$ 4,52 e o máximo a R\$ 4,67.

Com base no balanço patrimonial de 30 de junho de 2011, o valor-limite para manutenção de ações em tesouraria soma R\$30.166.

18 Dividendos e juros sobre capital próprio

De acordo com as disposições estatutárias, aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembléia Geral de Acionistas.

Na Assembléia Geral Ordinária – AGO, ocorrida em 26 de abril de 2011, foram deliberados dividendos complementares para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, de R\$0,17 por ação, totalizando R\$8.027 disponibilizados aos acionistas em 15 de junho de 2011, além da imputação aos dividendos do mesmo exercício do montante de Juros Sobre Capital Próprio disponibilizado em 14 de janeiro de 2011, no valor bruto de R\$7.760. No total, nesta AGO foi deliberado o pagamento de dividendos a razão de 50% sobre o lucro líquido do exercício de 2010, após a constituição da Reserva legal.

19 Gestão de riscos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização e avaliação:

(a) Disponibilidades, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, empréstimos, financiamentos e arrendamentos, outros ativos circulantes e contas a pagar

Os valores contabilizados aproximam-se dos valores justos.

(b) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.

Notas Explicativas

(c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente, em adição a uma política de negociação ativa de limites operacionais disponíveis junto a instituições financeiras de pelo menos 1,2 vez o faturamento mensal médio.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia por ano de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>
Fornecedores	13.735				
Empréstimos e financiamentos	9.311	11.446	1.448	128	
Arrendamento mercantil	10.324	12.030	7.866	4.880	1.556
Programa de Recuperação Fiscal (REFIS)	3.052	5.713	6.322	5.205	

Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa futuros nominais contratuais (não descontados), não conciliáveis com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil e Programa de Recuperação Fiscal (REFIS).

A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

(d) Risco de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrente de suas atividades. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de mudanças nas taxas de juros, que podem afetar adversamente o valor dos ativos e passivos financeiros ou o fluxo de caixa futuro, bem como os resultados da Companhia. O risco de mercado é a perda potencial decorrente de mudanças adversas nas taxas de juros e nos preços de mercado.

(e) Risco com taxa de juros

A exposição da Companhia a riscos das taxas de juros está relacionada principalmente à variação do CDI sobre seus empréstimos e financiamentos e contratos de arrendamento mercantil. As taxas de juros e vencimentos sobre esses contratos estão apresentadas na Nota 10. O risco de volatilidade dos juros está basicamente atrelado à variação do CDI.

O valor estimado de mercado foi calculado com base no valor presente do desembolso futuro de caixa, usando taxas de juros que estão disponíveis à Companhia para a emissão de débitos com vencimentos e termos similares. O valor de mercado dos financiamentos aproxima-se dos valores contabilizados.

(f) Gestão de capital

O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice, apresentado no quadro a seguir, corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa, enquanto o capital total é apurado através da

Notas Explicativas

soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
Índice de alavancagem financeira	0,26	0,14

(g) Derivativos

Durante os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2011 e de 2010, a Companhia não celebrou contratos que possam ser considerados como instrumentos financeiros derivativos.

(h) Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

A Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, aprovou o CPC 40 - Instrumentos financeiros - evidenciação, dispondo sobre a divulgação de quadro de análise de sensibilidade. O risco associado às transações relevantes mantidas pela Companhia está ligado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), o qual compõe o indexador de remuneração dos saldos de aplicações financeiras e dos saldos de financiamentos e de arrendamento mercantil financeiro, todos com *spreads* pré-fixados.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nos saldos dos itens financeiros acima, ao qual a Companhia estava exposta na data de 30 de junho de 2011, foram definidos três cenários diferentes: (a) cenário provável - considerando a projeção da taxa média anual do CDI para os próximos 12 meses; (b) cenário II - com apreciação de 25% sobre o cenário provável; e (c) cenário III - com apreciação de 50% sobre o cenário provável. Para os saldos de Aplicações financeiras, os cenários II e III consideram depreciação das taxas.

Para verificação da sensibilidade para cada cenário foram calculadas as respectivas remunerações brutas, de receita ou despesa financeira para esses ativos e passivos financeiros, respectivamente, para os próximos doze meses, apresentados a seguir:

	Ativos (passivos financeiros)		Risco	Receitas (despesas) financeiras		
	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010		Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	2.599	28.083	CDI	299 12,50%	228 9,38%	154 6,25%
Arrendamento mercantil financeiras	(32.001)	(25.636)	CDI	(4.919) 12,50%	(5.551) 15,63%	(6.154) 18,75%
Financiamentos	(22.245)	(28.234)	CDI	(2.103) 12,50%	(2.463) 15,63%	(2.807) 18,75%

20 Plano de opções de ações

Na AGE realizada em 15 de fevereiro de 2007 foi aprovado o Plano de Opção de Compra de Ações, constante do *website* da Companhia www.csu.com.br e atribuído ao Conselho de Administração a gestão do referido Plano. Até 30 de junho de 2011 foram emitidos os seguintes Programas de Opção de Compra de Ações:

(a) Programa de 2007

O Programa de Opção de Compra de Ações de 2007 contempla, atualmente, 9 beneficiários que, no total, fazem jus a uma outorga total correspondente de até 0,09% do capital social subscrito e integralizado, perfazendo uma reserva de 42,7 mil ações ordinárias. As opções podem ser exercidas desde 29 de maio de 2010, com um ciclo de carência, que corresponde ao seguinte: 50% do lote de ações outorgadas a partir do término do 2º ano e 50% a partir do término do 3º ano.

Notas Explicativas

(b) Programa de 2008

O Programa de Opção de Compra de Ações de 2008 contempla, atualmente, 15 beneficiários que, no total, fazem jus a uma outorga total correspondente de até 0,31% do capital social subscrito e integralizado, perfazendo uma reserva de 152 mil ações ordinárias. As opções podem ser exercidas a partir de 27 de abril de 2011, com o mesmo ciclo de carência do Programa de 2007, descrito acima.

O preço de concessão, para ambos os programas, foi baseado no valor médio de mercado das ações da Companhia nos últimos 40 pregões da BOVESPA anteriores à data de aprovação da indicação dos beneficiários e será atualizado de acordo com a variação do IPCA desde a outorga das opções até o mês anterior ao exercício da opção.

O beneficiário poderá, a seu exclusivo critério, exercer ou não as suas opções à medida que estas forem se tornando exercíveis, ou postergar este exercício para o momento que julgar mais adequado, desde que seja respeitado o prazo máximo, que é de 6 (seis) anos, contados a partir da outorga do respectivo programa anual.

O quadro a seguir resume as operações efetuadas com as ações ordinárias até 30 de junho de 2011, considerando-se que ainda não houve exercício para ambos os programas.

	Quantidade em milhares de ações ordinárias	Preço na data da concessão
Opções concedidas – Programa de 2007	58.285	R\$4,78
Opções concedidas – Programa de 2008	207.000	R\$4,73
Opções exercidas	-	
Opções canceladas – Programa de 2007	(15.597)	
Opções canceladas – Programa de 2008	<u>(55.000)</u>	
Opções em vigor em 30 de junho de 2011	<u>194.688</u>	

A tabela a seguir demonstra a posição das opções de compra das ações ordinárias em vigor em 30 de junho de 2011:

Programa	Faixa de preço de exercício da data da concessão em reais	Quantidade em milhares de ações ordinárias	Opções exercíveis em vigor	
			Prazo remanescente (em meses)	Preço de exercício em reais
2007	10,00 - 19,99	42.688	23	11,78
2008	0,00 - 4,99	152.000	35	4,71

O valor justo das opções outorgadas, estimado na data de outorga, utilizou o modelo de precificação de opções Black & Scholes com as seguintes premissas:

	29 de maio de 2008	27 de abril de 2009
	Primeiro lote	Segundo lote
Ativo-lastro - reais	4,78	4,73
Preço de exercício - reais	11,78	4,71
Volatilidade esperada - %	35,35	40,63
Taxa de juros livre de riscos - %	13,71	12,81
Vida esperada (em anos)	6	6
Rendimento de dividendos sobre preço de exercício - %	0,87	2,10
Valor justo na data de outorga – em Reais	1,22	2,53

Notas Explicativas

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2011, foi reconhecida despesa no resultado do exercício do Plano de Opções de Compra das Ações Ordinárias, no montante de R\$20.

21 Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

A Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros na data dos balanços:

Ramos	Importâncias seguradas	
	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
Seguro compreensivo empresarial	168.254	168.255
Execução de prestação de serviços	1.470	1.470
Responsabilidade civil	18.405	5.340
Seguro de veículos	4.500	4.500
	<u>192.629</u>	<u>179.565</u>

22 Receita líquida

	Período de seis meses findo em	
	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010
Receita bruta de prestação de serviços	209.515	211.430
Deduções da receita bruta		
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	(4.951)	(4.965)
Programa de Integração Social (PIS) e COFINS	(9.999)	(10.114)
Receita líquida de prestação de serviços	<u>194.565</u>	<u>196.351</u>

Notas Explicativas

23 Custo dos serviços prestados, despesas com vendas, gerais e administrativas

	Custo dos serviços prestados		Despesas com vendas, gerais e administrativas	
	Período de seis meses findo em		Período de seis meses findo em	
	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010
Mão de obra	87.482	70.881	13.298	14.348
Consumo de cartões	1.315	1.185		
Consumo e entrega de prêmios	6.003	8.068		
Materiais operacionais	618	1.117	269	89
Expedição	11.254	17.430	125	59
Comunicação	4.040	4.756	526	628
Serviços contratados	3.050	3.042	3.940	3.445
Equipamentos/móveis	2.417	2.218	225	280
Aluguel/manutenção de software	1.830	1.289	546	375
Depreciação e amortização	10.137	10.452	851	884
Ocupação	16.274	14.041	2.605	2.427
Propaganda/relacionamento	81	2	1.243	1.126
Outros	2.239	2.242	3.317	5.390
	<u>146.740</u>	<u>136.723</u>	<u>26.945</u>	<u>29.051</u>

24 Resultado financeiro

	Período de seis meses findo em	
	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010
Receita de aplicação financeira	575	
Juros e multa moratória ativa	<u>3.503</u>	<u>2.129</u>
	<u>4.078</u>	<u>2.129</u>
Encargos sobre empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	(3.809)	(3.646)
IOF	(143)	(155)
Variação monetária passiva	(2.081)	(1.144)
Despesas bancárias	(413)	(249)
Juros e multa moratória passiva	(139)	(664)
Outros	<u>(143)</u>	<u>(42)</u>
	<u>(6.728)</u>	<u>(5.900)</u>
	<u>(2.650)</u>	<u>(3.771)</u>

25 Gastos com reestruturação

Os gastos com reestruturação em 2010 são referentes aos investimentos realizados nos sites de Call Center de Recife e Alphaview, nos quais foram criadas novas estruturas operacionais com o objetivo de ampliar a rentabilidade na unidade de negócio CSU Contact, garantindo o nível de serviço e a qualidade de vida dos colaboradores.

Notas Explicativas

26 Lucro por ação

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria (Nota 17.3).

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas.

A Companhia não manteve até a data das informações trimestrais, assim como até a data de sua conclusão, instrumentos conversíveis em ações, tampouco opções ou bônus de subscrição passíveis de serem exercidos. Dessa forma, para a Companhia, o lucro por ação diluído é igual ao lucro por ação básico.

	Período de seis meses findo em	
	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010
Resultado básico e resultado diluído por ação		
Numerador (em milhares de reais)		
Lucro líquido atribuível às ações ordinárias	10.265	15.644
Denominador (em milhares de ações)		
Número médio ponderado de ações ordinárias (excluídas ações em tesouraria)	<u>47.020</u>	<u>47.867</u>
Resultado básico e resultado diluído por ação em reais	<u><u>0,2183</u></u>	<u><u>0,3268</u></u>

27 Informações por segmento de negócios

A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pelo Conselho de Administração. Resumo com as informações por segmento da Companhia, segregadas entre **CSU CardSystem** e **CSU Contact**, está demonstrado a seguir:

	CSU CardSystem		CSU Contact	
	Período de seis meses findo em		Período de seis meses findo em	
	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010
Receita líquida de prestação de serviços	97.148	117.250	97.417	79.101
Custo dos serviços prestados	<u>(51.512)</u>	<u>(66.167)</u>	<u>(95.228)</u>	<u>(70.556)</u>
Lucro bruto	45.636	51.083	2.189	8.545
Despesas operacionais	<u>(15.301)</u>	<u>(18.406)</u>	<u>(13.172)</u>	<u>(12.383)</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro	30.335	32.677	(10.983)	(3.838)
(-) Depreciação e amortização	<u>6.890</u>	<u>7.778</u>	<u>4.098</u>	<u>3.558</u>
EBITDA (LAJIDA)	<u><u>37.225</u></u>	<u><u>40.455</u></u>	<u><u>(6.885)</u></u>	<u><u>(280)</u></u>

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

	31/12/2010		31/03/2011		30/06/2011	
RIVER CHARLES NETHERLANDS LTD	18.352.699	37,8%	18.352.699	37,8%	18.352.699	37,78%
GSTAAD INV HOLDING COMPANY	7.205.200	14,8%	7.205.200	14,8%	7.205.200	14,83%
BBM Gestao de Recursos	844.900	1,7%	3.330.300	6,9%	3.588.200	7,39%
MFS Asset Management	2.514.495	5,2%	3.547.855	7,3%	5.186.653	10,68%
TESOURARIA	690.400	1,4%	1.357.400	2,8%	1.603.000	3,30%
FREE FLOAT	18.963.903	39,0%	14.778.143	30,4%	12.635.845	26,01%
TOTAL DE AÇÕES	48.571.597	100,0%	48.571.597	100,0%	48.571.597	100,00%

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

CSU Cardsystem S.A.
Informações Trimestrais - ITR em
30 de junho de 2011
e relatório sobre a revisão de
informações trimestrais

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
CSU Cardsystem S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da CSU Cardsystem S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2011, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos nessa data, bem como as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 –Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota 9 às Informações Trimestrais, que se refere aos gastos incorridos com licença e customização de software específico ao projeto com a Caixa Econômica Federal, no ativo intangível, o qual não vem sendo utilizado tendo em vista o aguardo de realização de perícia judicial, de acordo com a medida cautelar de produção antecipada de provas, impetrada pela Companhia em 20 de agosto de 2007, onde busca resguardar a possibilidade de cobrança dos valores que lhe são devidos incluindo, entre outros, esses ativos, no montante de R\$ 18.973 mil (31 de março de 2011 – R\$ 19.106 mil) e R\$ 1.842 mil (31 de março de 2011 – R\$ 2.763 mil) de contas a receber, no ativo realizável à longo prazo correspondente a prestação de serviços da primeira fase do contrato. Além dessa medida, existem outras discussões judiciais e que envolvem pleito, pela Companhia, de indenizações e multas por danos causados e ações indenizatórias pleiteadas pela CEF. A administração da Companhia, baseada nas avaliações de seus assessores jurídicos, entende que terá êxito nas discussões judiciais em andamento e que, particularmente em relação à recuperação dos referidos ativos, os mesmos ocorrerão tendo por base o direito contratual de cobrar a Caixa Econômica Federal ou, ainda, a capacidade de realização dos investimentos efetuados por meio da utilização na prestação de serviços a outros clientes. As Informações Trimestrais em 30 de junho de 2011 não incluem provisões para perdas em relação aos referidos ativos ou qualquer outro ajuste em decorrência dessas incertezas. Nosso relatório não está ressalvado em função desse assunto.

São Paulo, 5 de agosto de 2011

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Estela Maris Vieira de Souza Contadora CRC 1RS046957/O-3 "S" SP